

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

GABRIELA DE LIMA RIBEIRO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA REDE DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E FEMINISTA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NAS
ECONOMIAS ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO**

Pelotas
2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

GABRIELA DE LIMA RIBEIRO

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA REDE DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA E FEMINISTA: PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NAS
ECONOMIAS ALTERNATIVAS AO CAPITALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas
2023

Ficha catalográfica

Ribeiro, Gabriela de Lima

As representações sociais na rede de economia solidária e feminista: processos de subjetivação nas economias alternativas ao capitalismo/ Gabriela de Lima Ribeiro. - Pelotas: UCPEL, 2023.

92 f.

Orientadora: Dr^a Cristine Jaques Ribeiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos. - Pelotas, BR-RS, 2023.

1. Economia solidária. 2. Economia feminista. 3. TRS. 4. Redes. I.Ribeiro, Cristine Jaques. II.Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à orientadora Aline Mendonça dos Santos pelo acolhimento no Programa de Pós Graduação e no Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, no qual também obtive a chance de trabalhar com os professores Renato Della Vechia e Tiago de Garcia Nunes, os quais propiciaram diversos momentos de vivência prática nos empreendimentos e troca de aprendizados com membros das demais Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares presentes em todo Brasil, além das confraternizações eventos no Armazém do Campo, momentos ímpares de construção de outros mundos possíveis. Na figura de Vanessa Pereira e Felipe Pedroso, os quais me acompanharam durante toda trajetória do mestrado, agradeço também a todos os bolsistas e voluntários do núcleo e dos grupos de estudos Emancipação e Questão Agrária, Urbana e Ambiental: Observatório Conflitos da Cidade pelo apoio mútuo proporcionado, pelas experiências compartilhadas e pelo trabalho coletivo. No final do primeiro ano de estudos, após o afastamento repentino de minha primeira orientadora, procurei o auxílio da professora Cristine Jaques Ribeiro, a qual agradeço pelo aceite imediato de minha proposta e, mais que isso, por assumir o papel de guardiã da esperança, como se referiria bell hooks (2021), instigando a sabedoria prática e fazendo do nosso entorno, a cidade de Pelotas, uma sala de aula viva. Tu és Rizoma, Cris!

Aos meus amigos, companheiros e camaradas - vocês sabem quem são - obrigada por existirem. À minha mãe, obrigada por todo suporte, desde a companhia em eventos, até o café da tarde e à velinha para o anjo da guarda, todos esses elementos, entre outros tantos proporcionados por ti, foram essenciais para essa trajetória se concretizar. A meu pai e minha irmã, saibam que o simples interesse que demonstraram em saber sobre o que eu me dedicava a pesquisar foi de grande valia, assim como as perguntas que me faziam articular ainda mais o tema de pesquisa. João, obrigada por segurar a barra que é gostar de mim.

Não poderia finalizar esse trabalho sem prestar uma singela homenagem à três docentes que mudaram a minha perspectiva de mundo, assim como a de inúmeros pesquisadores e militantes do mundo todo, e nos deixaram recentemente. Aos mestres bell hooks (1952-2021), Carlos Rodrigues Brandão (1940-2023) e Nalu Faria (1959-2023), suas ideias seguirão sempre vivas nas mentes e corações de quem quer fazer a diferença.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

Esse trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa participante realizada no âmbito da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), a qual aliou a Teoria das Representações Sociais (TRS) à instrumentos como a revisão integrativa e o grupo focal com o objetivo de analisar as principais categorias incidentes sobre os processos de subjetivação dos indivíduos envolvidos na articulação em redes. Por razão da rede aliar dois movimentos sociais de trajetórias singulares e por vezes entrelaçadas, foi realizado um panorama acerca da construção histórica de ambos movimentos no Brasil, bem como dos avanços e retrocessos envolvidos no processo constitucional de políticas públicas pelos determinados grupos. Com base nos depoimentos tecidos pelas participantes da rede, assim como os resultados preliminares da revisão integrativa, foi possível cunhar categorias de análise que constituíram o pressuposto de que a inserção de mulheres em um movimento que as propicia, por meio das práticas de educação popular conduzidas pelo trabalho autogestionário, refletir e praticar trabalhos e cuidados sob uma perspectiva comunitária e emancipatória, contribui para a construção de representações sociais nesse sentido, à medida em que agencia e produz modos de vida alternativos aos da produção capitalista.

Palavras-chave: Economia solidária; economia feminista; TRS; redes.

ABSTRACT

This study presents the results of a participatory research conducted within the framework of the Solidarity and Feminist Economy Network (RESF), which combined Social Representations Theory (SRT) with instruments such as integrative review and focus group to analyze the main categories incident on the subjectivation processes of individuals involved in network articulation. Due to the network combining two social movements with unique and sometimes intertwined trajectories, an overview was conducted regarding the historical construction of both movements in Brazil, as well as the advances and setbacks involved in the constitutional process of public policies by specific groups. Based on the testimonies provided by network participants, as well as the preliminary results of the integrative review, it was possible to coin categories of analysis that constituted the assumption that the inclusion of women in a movement that fosters them, through popular education practices guided by self-management work, reflects and practices labor and care from a community and emancipatory perspective, contributing to the construction of social representations in this sense, as it engages and produces alternative ways of life to those of capitalist production.

Keywords: Solidarity economy; feminist economy; SRT; networks.

LISTA DE SIGLAS

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

EcoFem - Economia Feminista

EcoSol - Economia Solidária

EcoSolFem - Economia Solidária e Feminista

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais e demais possibilidades de orientação sexual e identificação de gênero existentes

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPs - Políticas Públicas

RESF - Rede de Economia Solidária e Feminista

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SPM - Secretaria de Política para Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

TRS - Teoria das Representações Sociais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mandala Flor.....	8
Figura 2. Mandala Antiga, utilizada até o ano de 2018.....	9
Figura 3. Níveis orientadores do Plano de Desenvolvimento da RESF.....	10
Figura 4. Mapa Representativo - Pressupostos de Pesquisa.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Revisão Integrativa.....	43
Tabela 2. Itens 1 e 2 do Roteiro de Entrevistas.....	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: A PROMOÇÃO A NÍVEL NACIONAL DE REFLEXÕES ACERCA DO GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	7
1.1. Apresentando a RESF.....	7
1.2. Ponto de Partida: A Plenária Temática de Economia Solidária.....	11
1.3. A importância da articulação em redes para a transformação social.....	16
2. ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECOSOL) E ECONOMIA FEMINISTA (ECOFEM): DEBATES EM CURSO E CONVERGÊNCIAS EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS.....	22
2.1. A Construção da Economia Feminista no Brasil.....	22
2.2. A Economia Solidária no Brasil.....	27
2.3. De 2003 a 2022: Economia Solidária como Política Pública e o desenvolvimento das PPs com viés de gênero no Brasil.....	30
2.3.1. 2003-2016: O impulsionamento das políticas públicas de gênero e Economia Solidária no Brasil.....	30
2.3.2. 2016-2022: Desmonte orçamental e estagnação da articulação política.....	34
3. EXPERIMENTAÇÕES COM RELAÇÃO À TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS).....	37
3.1. O que é TRS?.....	38
3.2. Aspectos Metodológicos: aliando a TRS à Pesquisa Participante.....	40
3.3. Revisão Integrativa e Grupo Focal: traçando o fio condutor entre os instrumentos de pesquisa.....	42
3.3.1. Da Revisão Integrativa.....	42
3.3.2. Sobre o grupo focal.....	44
3.3.3. Enunciações: aliando a produção do discurso às categorias de análise da revisão integrativa.....	47
3.4. Construindo pressupostos.....	59
3.5. Acerca das Políticas Públicas (PPs).....	63

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	82

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é uma reflexão entrelaçada à minha própria trajetória pessoal, política e acadêmica, imersa nas complexidades e possibilidades que se desdobram nos processos de construção de alternativas à lógica do capital e do patriarcado. O que desempenhei durante a pesquisa, foi o que Santos (2011, p. 36) descreveu como “o ponto de vista do ‘pesquisador-militante’”, ou seja, realizar um esforço simultâneo de aproximação e afastamento do campo de análise, devido ao acúmulo de papéis: no movimento da Economia Solidária, como extensionista do Núcleo de Economia Solidária (NESIC/UCPEL) e como consumidora da Rede Virtual Bem da Terra e do Armazém do Campo; e no movimento feminista como militante, construindo ações em conjunto com 8M Pelotas e o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. A atuação como pesquisadora tece uma trama complementar de se propor a desvendar algumas intersecções e diálogos entre a Economia Solidária e o feminismo, na figura da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), pousando o olhar especialmente nos desdobramentos subjetivos que acarretam quando esses movimentos convergem e geram dinâmicas de transformação social.

Durante esse caminho, houve uma constante busca entre equilibrar o engajamento com os princípios pesquisados, sem perder de vista a essência do rigor científico, de participação ativa nos movimentos sociais e objetividade necessária para a pesquisa acadêmica. O desafio reside em retratar de maneira crítica e reflexiva os fenômenos observados, sem cair em idealismos, mesmo que a utopia - principalmente se concreta¹ - seja cara à Ecosol. Para tal, foram adotadas metodologias capazes de elucidar as nuances das experiências vividas nessas intersecções sem comprometer a integridade do conhecimento produzido. A pesquisa-militante, portanto, não se traduz em um abandono da objetividade, e sim em uma perspectiva contextualizada e comprometida com uma responsabilidade ética de contribuir para um entendimento mais profundo e justo das realidades investigadas. O compromisso com o movimento feminista demanda a amplificação das vozes femininas, por isso, os relatos das entrevistadas assumem posição central na elaboração final da pesquisa. Foram diversas as trocas oportunizadas pelo decurso do mestrado: com a rede selecionada, a qual pude visitar a sede, em Porto Alegre, com artesãs e recicladores de várias cidades da região onde moro, no Sul do país, com estudantes vinculados à ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) de todo país, com militantes dos mais variados movimentos, tudo isso propicia

¹ Brasil (2009).

uma sensação de um trabalho coletivo, mesmo que a escrita possa se tornar um momento de inflexão e solidude.

A trajetória de dois anos também foi marcada por um momento significativo na política brasileira: o país, polarizado politicamente ao extremo, escapa das mãos de Jair Bolsonaro para que o comando retorne à Lula, e com isso, o esforço de pesquisa também se torna um acompanhamento do que muda nas políticas públicas e na disputa pela alocação de recursos. Por isso, por mais que com informações muito incipientes devido ao acontecimento ser deveras recente, considere importante inserir na pesquisa uma análise de conjuntura, que pautasse como se deu a articulação de políticas públicas antes (desde o primeiro governo Lula) até o último mandato de Bolsonaro. Minhas expectativas para esse trabalho não estão relacionadas à “dar voz” à determinad@s sujeit@s² - pois ficará evidente no registro oral das participantes que isso é algo que possuem, de sobra, menos ainda estipular orientações a respeito de como deve ser o horizonte de políticas públicas da área desse momento em diante. O trabalho se presta, porém, ao objetivo de realizar um registro de um fenômeno que considero de relevância para aqueles que acompanham as lutas micropolíticas que valorizam agenciamentos coletivos, emprestando os termos da abordagem cartográfica³ para descrever combinações dinâmicas produzidas por pessoas e ideias e que processam e produzem a todo tempo novas conexões e relações, desafiando a visão centrada no indivíduo de modo de produção capitalista.

A realidade social dess@s sujeit@s ainda sugere uma atenção às dinâmicas locais e às formas de subjetividade que emergem no contexto de articulação. Como sugerem Deleuze e Guattari (apud Passos *et al.*, 2009), o coletivo nesse caso é visto não por seu potencial de agrupamento do diverso ou pela unidade dos indivíduos, mas pelo seu potencial de contágio nas transformações sociais. Em segundo lugar, a pesquisa busca destacar em forma de categorias-chave os valores que orientam o engajamento e participação das mulheres na Rede de Economia Solidária e Feminista. Essas mulheres compõem a rede em busca de alternativas de trabalho e organização social, alinhadas com valores de cooperação e solidariedade. Apesar de ainda estarem inseridas no contexto econômico capitalista, quando se travam as lutas sociais com enfoque na centralidade da vida e com essas noções, a busca por esses valores divergentes do sistema configura um processo de desestabilização das estruturas

² Utilizo o @ no lugar do pronome feminino para referir-me @s participantes da RESF como um todo em uma tentativa de tentar abarcar demais gêneros (cisnormativos ou não) que possam compreender @s sujeit@s que auxiliam na construção da rede. Com relação às entrevistadas, todas se identificam como mulheres cis, não se fazendo necessário o uso do pronome neutro ao referir-me a elas.

³ Passos *et al.*, 2009.

previamente estabelecidas, o que pode incorrer em um processo de desterritorialização⁴, um desafio às estruturas fixadas em nossa sociedade - como o machismo, a desigualdade e o racismo. Esse processo não se dá de maneira linear, portanto é importante acompanhar momentos em que pode haver uma reterritorialização - um regresso para as estruturas já existentes, nesse caso, uma conciliação com o modo de produção vigente.

Em terceiro lugar, o esforço de pesquisa se dá pelo próprio contexto da luta social. O enfrentamento da desigualdade econômica e de gênero por parte das mulheres da RESF destaca a importância de considerar os dispositivos de poder presentes no contexto social atual. A persistência dessa luta evidencia também a necessidade de uma pesquisa-intervenção, como caracterizada por Passos *et al.* (2009), a fim de que a pesquisa não apenas descreva, mas também intervenha na realidade social, ou seja, siga a ideia de transformar para conhecer ao invés de conhecer para transformar, como colocam os autores. Essa intervenção se dá por meio do agenciamento entre sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção, ou seja, no mesmo plano em que a experiência de pesquisa se dá, todos esses elementos estão sendo postos e atravessados pelas forças denominadas inconscientes, as quais se instituem como a realidade. É nesse plano que entra a análise, com a função de “quebra” dessas formas (crenças, valores, interesses etc.) instituídas. A construção das narrativas de luta dessas mulheres se conecta com os objetivos da cartografia, ao constituir uma ferramenta que possa, além de avaliar o impacto das políticas implementadas como resultado dessas lutas, comunicar quais são as complexidades que envolvem a questão social nesse grupo.

Desde o início da pesquisa, a maneira como esse grupo foi se apresentando gerou implicações na maneira como estava pesquisando. Sua articulação em redes, por exemplo, gerou a necessidade de adotar dispositivos para observar como essas interações se davam coletivamente, não apenas em como essas mulheres observam individualmente sua realidade, como foi o caso de propor um grupo focal ao invés de entrevistas individuais. Ainda na tentativa de exemplificar, penso que uma etapa em que a pesquisa gerou esse impulso de intervenção foi quando propus um encontro entre pesquisadores da RESF, o qual teria implicações sobre o direcionamento das pesquisas vigentes sobre esse grupo de mulheres.

Uma pista cartográfica se dá na oportunidade de incidir também sobre o um desarranjo da produção da realidade. Esse ocorre quando variáveis menores (devires mulher, criança, homossexual, negro, pobre) se tornam dotados de potência heterogenética, o que eu entendo como o potencial de transformação social. Leio o momento de inserção das pautas feministas nos debates da Economia Solidária como um desses momentos, responsável por incidir sobre

⁴ Conceito introduzido por Deleuze e Guattari (1972; 1991).

uma dinâmica, que mesmo que encoberta por uma ideia de igualdade, ainda apresentava em seus contornos um sistema de rebatimento - aquele que homogeniza e sujeita a critérios hierárquicos aqueles que não se conformam com as variáveis maiores (devires homem, adulto heterossexual, branco, rico). Ao refletir sobre o papel das mulheres na Economia Solidária, sobre as posições que ocupavam mesmo sendo a maioria numérica - não na reflexão sobre gestão, mas ocupando os territórios da cozinha, do artesanato, complementando o trabalho masculino nas áreas rurais - e ao combinar relatos e revisão integrativa apontar que, apesar de recorrerem a esse modo de organização, as mulheres negras continuam ocupando postos precarizados (Anjos et al., 2019), essa pesquisa intervém de modo a questionar uma realidade posta e fornecer dados para que ela possa ser modificada.

Quando defini meu objeto de pesquisa, ainda não sabia qual problema seria pesquisado. Isso me deu a oportunidade de primeiro, aproximar-me do campo, para depois delimitar onde pousaria minha atenção, sendo que, no momento de acompanhamento da Plenária Temática de Economia Solidária e Feminista, tudo era digno dela, por isso, identifiquei muitos pontos em comum com os aspectos da atitude cartográfica - flutuante, concentrada e aberta (Passos *et al.*, 2009). Porém, na etapa de configuração do campo perceptivo, por conta da minha anterior aproximação ao macrocampo da Economia Solidária - como militante e pesquisadora - encontrei desafio semelhante ao que Freud (1912/1969, p. 150 *apud* Passos *et al.*, 2009) descreve em relação a arriscar a “nunca descobrir nada além do que já se sabe” já que, ao me aproximar com concepções já formadas previamente, precisei deixá-las trabalharem em conjunto com (e não incidindo sobre) as informações novas que me atingiam.

Sobre a identificação do problema geral da pesquisa, que Passos *et al.* (2009) definem como macrocontexto, e os microcontextos, que caracterizam os problemas que surgem ao longo das visitas ao campo. Relaciono novamente a pesquisa de Anjos *et al.* (2019), para exemplificar alguns aspectos que observei durante as análises do campo: durante a produção dos dados, analisei muitos relatos de mulheres pretas e precarizadas que apontavam melhoras significativas em suas vidas após ingressarem em empreendimentos de Economia Solidária, porém no contexto macro, não é o que se observa; portanto como analisar o engendramento do macro para o micro e vice-versa para compor um escopo de pesquisa que responda satisfatoriamente o problema colocado? - sendo ele o reflexo da questão social sobre raça e classe nas mulheres da Economia Solidária. Não pretendo responder essa pergunta, apenas exponho como uma de várias questões que surgiram ao longo da interação com as dinâmicas da pesquisa cartográfica e da pesquisa em geral.

Passos *et al.* (2009) estabelecem quatro variedades da atenção do cartógrafo. Relaciono o rastreio, varredura do campo, com o momento em que adentrei o campo sem uma atenção fixa sobre um problema de pesquisa, ou ainda com a revisão integrativa que realizei sobre o estado da arte das pesquisas sobre o campo, que, na primeira etapa não objetivava constituir uma interpretação desses dados, mas que, pela repetição de categorias apresentadas os artigos, acabou gerando um toque, isto é, um pequeno vislumbre do que viria a ser o foco da pesquisa. O pouso, portanto, se deu com a análise interpretativa que gerou um pressuposto, um resultado parcial, um roteiro de entrevistas, e o reconhecimento atento, se deu no momento de conversa em grupo em que o objetivo não era ir até às sujeitas para coletar uma representação coletiva, mas sim, para saber como essas representações se constituem a partir das relações em rede que são construídas.

O caminho de pesquisa que trilhei apontava para determinados resultados, porém obtinha a consciência de que, por se tratar de uma apreensão de um processo em movimento, tudo poderia mudar, por mais dados que tenham sido produzidos, por mais que a conjuntura tenha sido analisada, por mais que eu já obtivesse algum tipo de vivência e conhecimento adquirido para/com o campo. É isso que entendo como uma parte de uma atitude cartográfica, um desapego - que em momento algum significa ausência de rigor - com relação ao rumo da pesquisa, já que “o conhecimento surge como composição” conforme afirma Passos *et al.* (2009, p. 49), portanto, a partir do momento em que é colocada no campo, a pesquisa não é mais constituída por mim, mas por todos os agentes e elementos que já se encontravam lá anteriormente e já a produziram virtualmente.

A disciplina de pesquisa cartográfica foi essencial em minha formação, e apesar de estar situada ao final do meu cronograma de estudos, foram seus conceitos que escolhi para introduzi-los⁵, pois foram aprendizados que alcançaram resultados desejados, porém inesperados na minha formação, de verdadeiro impacto. Mesmo “formalmente” não me utilizando do método proposto, consegui conjugar alguns conceitos e adquirir uma perspectiva mais ampla acerca do meu papel como pesquisadora na condução do estudo e na visão que obtenho sobre o agrupamento estudado e como posso gerar algum tipo de conhecimento que tenha potencial de implicação sobre a realidade que estudo. Apesar de não aplicar a pesquisa-intervenção, ou ainda a pesquisa-ação (que obtém algum nível de intervenção mesmo que caracterizada como insuficiente nessa teoria), refleti muito sobre

⁵ O ditado iorubá “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje” traduz essa ideia de uma força do acaso, ou de eventos que ocorrem de maneira imprevisível e não imediatamente evidente, mas que carregam consequências significativas.

como posso dar andamento aos estudos deixando algum tipo de contribuição social - dentro ou fora do ambiente acadêmico.

1. REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: A PROMOÇÃO A NÍVEL NACIONAL DE REFLEXÕES ACERCA DO GÊNERO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Esse trabalho foi elaborado com o intuito de atender à demanda de produção de dissertação do curso de Mestrado pertencente ao Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, e está vinculado à linha de pesquisa três, denominada “Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas”. O objetivo das pesquisas conduzidas na linha é o de investigar, sob um referencial crítico e interdisciplinar, as diferentes perspectivas teóricas no contexto das relações e políticas sociais, dando destaque à participação nos processos de efetivação dos direitos sociais e humanos.

1.1. Apresentando a RESF

O tema de pesquisa está relacionado aos mais de 250 empreendimentos ativos da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF, 2022a), a qual está presente em doze estados do Brasil e é composta majoritariamente por mulheres – cerca de 2318, enquanto 507 participantes são do gênero masculino. A estrutura organizativa da RESF conta com 28 redes locais que articulam os empreendimentos presentes em onze estados, e ao centro dessa estrutura se localiza o Conselho Gestor Nacional, responsável pelas diretrizes nos estados e pela construção como rede nacional. Há ainda os conselhos gestores das Redes Locais, espaços permanentes de discussão, reunião e tomadas de decisão produtivas e comerciais, além das Bases de Economia Solidária e Feminista, presentes em 10 estados, que desenvolvem a qualificação da produção, implantação de Conselhos Gestores, articulação de parcerias e políticas públicas e formação das participantes e redes. O órgão central das bases é a Base Nacional, que se responsabiliza pelo trabalho técnico, metodológico e administrativo.

A apresentação organizacional da rede, assim como seu plano de desenvolvimento foram delineados em seu Caderno de Organização (RESF, 2019a, p. 8), no qual são destacados os motivos para a articulação em rede e os objetivos de tal funcionamento, dentre eles: o fortalecimento produtivo e comercial dos empreendimentos, seja por meio de redes já existentes ou pela articulação por segmentos e cadeias produtivas, arranjos locais ou regionais; a qualificação dos princípios da Economia Solidária (EcoSol), com destaque à

Figura 3. Níveis orientadores do Plano de Desenvolvimento da RESF

Nível	Resultados			
Estratégico	Construir a Visão de futuro da Rede Local e da RESF			
Tático	Construir as diretrizes de médio prazo para cada uma das 6 dimensões do nosso Plano:			
	1. Planejamento Produção, Logística e Qualificação Profissional	2. Planejamento de Comercialização e Investimentos	3. Planejamento da Autogestão e Organização	4. Desenvolvimento Humano e Economia Feminista
Operacional	Plano de Qualificação da Produção	Plano de Vendas (onde e como comercializar)	Plano de Fortalecimento do Conselho Gestor	Mapeamento da Rede Sócio Assistencial
	Plano de Logística	Plano de Pesquisa de Mercado	Plano de Qualificação da Gestão	Desenvolvimento dos Indicadores Feministas
	Plano de Controle da Qualidade	Plano de Fundos Solidários	Plano de Participação Territorial e Institucional	Articulação de Políticas Públicas (Creche, Cozinhas Comunitárias, etc.)
	Plano de Qualificação Técnica Profissional	Plano Investimento	Plano de Rotinas administrativas	Plano de Apoio Psicossocial

Fonte: RESF, 2019 p. 16

Ao longo do primeiro ano, de produção do projeto de qualificação, estive presente em diversos espaços de conjugação entre a Economia Solidária e a Economia Feminista (EcoFem); como pesquisadora-militante, inserida nos dois movimentos que a rede agrega - como extensionista e consumidora na Economia Solidária e como militante e pesquisadora da Economia Feminista - busco transferir para o debate acadêmico algumas experiências e trocas que realizei com minha inserção participante no campo de pesquisa. Essa introdução iniciou-se em 2022, no contexto em que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) reunia esforços para a realização da VI Plenária Nacional de Economia Solidária, a ocorrer exatos dez anos após sua quinta edição, simbolizando o fortalecimento⁷ após um período devastador – de crise econômica, política e sanitária, devido a pandemia do COVID-19, que alastrou-se no início de 2020 – do qual a população, especialmente mulheres pretas e em vulnerabilidade social, tenta se recuperar.

O contexto pandêmico trouxe à tona a importância das relações comunitárias na resistência e na superação da crise sanitária. Em muitos casos, a ação coletiva e a solidariedade comunitária foram fundamentais para garantir o acesso a bens e serviços essenciais, como alimentos, medicamentos e equipamentos de proteção individual, especialmente para as populações mais vulneráveis e marginalizadas. As relações comunitárias também desempenharam um papel importante na promoção da saúde mental e no enfrentamento do isolamento social imposto pela pandemia. Muitas comunidades se

⁷ Conforme depoimentos extraídos da Plenária Temática de Economia Solidária (RESF, 2022).

organizaram para oferecer apoio emocional e psicológico, através de grupos de apoio e de escuta, atividades coletivas virtuais e outras iniciativas de cuidado e suporte mútuo. Além disso, as relações comunitárias têm sido fundamentais na luta pela garantia dos direitos humanos e sociais, especialmente em contextos de desigualdade e exclusão social. Muitas comunidades têm se mobilizado para exigir políticas públicas mais efetivas e para denunciar as violações de direitos cometidas durante a pandemia, como a falta de acesso a serviços de saúde, a violência policial e a discriminação racial e de gênero.

Tendo esse contexto em vista, em preparação para a VI Plenária, a RESF realiza, em 26 de abril de 2022, a Plenária Temática de Economia Solidária, com participação de aproximadamente cem pessoas provenientes de todas as regiões do Brasil, de maneira online pela plataforma Zoom e posteriormente, alcance de cerca de seiscentas pessoas pela página do Facebook (RESF, 2022), almejando organizar as pautas e demandas do movimento na plenária. A Plenária obteve expressiva participação de empreendimentos (73, no total) e movimentos sociais (totalizando 43), além da presença de entidades de apoio e órgãos governamentais. A proposta de mobilizar a plenária estabelecendo diálogo com outros coletivos e somando iniciativas com militantes e coletivos antirracistas e da comunidade LGBTQIA+ objetivou demonstrar a inclusão que a interseção da Economia Solidária com o movimento feminista realiza (RESF, 2022).

Os debates trazidos na oportunidade foram sistematizados por mim em um processo de aproximação com o campo, a qual proporcionou uma perspectiva mais ampla a respeito da problematização das discussões que estão sendo construídas dentro do movimento. As falas, diluídas nas pontuações realizadas no segundo subtítulo, resgataram o contexto atual brasileiro e a grande crise econômica que vivemos, gerando mazelas como a fome, a pobreza, o desmonte dos direitos trabalhistas e o ataque à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente.

1.2. Ponto de Partida: A Plenária Temática de Economia Solidária

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) constatou que, no trimestre encerrado em maio de 2021, o número de brasileiros desempregados chegou a 14,2%, representando mais de 14 milhões de pessoas. Nesse contexto, a Economia Solidária foi

apontada como estratégia potencial para a superação da miséria, por meio da inserção feminina nos espaços produtivos e de tomada de decisões.

Em seus estudos, Singer (2002, p. 114) apontou para a necessidade da Economia Solidária não ser considerada *apenas* uma resposta econômica às contradições do capitalismo, pois desse modo, só se desenvolveria plenamente em momentos de crise do capital:

Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., *uma vida melhor*.

Dessa forma, obtém-se a compreensão de que a visão da Economia Solidária como política pública é possível e necessária perante o refreamento da miséria em um contexto de degeneração do capital, porém, por servir como um projeto político que visa a construção de outro sistema de produção - a dizer, o socialismo -, sua própria existência no sistema capitalista é entremeada por e fadada à essas contradições⁸.

Outro efeito da pandemia sobre a manutenção e reprodução da vida foi o fato de as mulheres, devido à divisão sexual do trabalho⁹, serem muitas vezes as únicas responsáveis pelo ambiente doméstico, resultando em uma sobrecarga de tarefas. Como aponta Federici (2021, p. 157) “o trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres, tanto que é rotulado como ‘trabalho de mulher’”; conforme explica a autora, essa é uma estrutura que data do final do século XIX e início do século XX - coincidindo com o período histórico em que as mulheres começavam a reivindicar direitos trabalhistas, políticos e civis¹⁰. Nesse período, foi instituída uma reforma social que relegou as mulheres inglesas e americanas, já inseridas no cotidiano fabril, ao trabalho doméstico, criando a dona de casa em tempo integral e modificando no mundo todo “não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar e, antes de tudo, a posição social das mulheres” (Federici, 2021, p. 157), a qual as condiciona a produção e reprodução de algo que vale menos, ou nem

⁸ Dentre outros autores que apontam essas contradições estão: Carvalho (2011); Castro (2010); Gavirack, Guimarães e Goeck (2020); Schiochet (2009); Santana e Santos (2015).

⁹ Melo; Thomé (2018, p. 110-112).

¹⁰ Marçal (2017, p. 11) elenca alguns direitos trabalhistas e políticos. Monteiro e Grubba (2017, p. 261) versam sobre os direitos civis.

mesmo é precificado pela economia tradicional, hierarquização essa que reforça ainda mais a opressão de gênero¹¹.

Foi devido ao sistema institucionalizado de dominância masculina, nas palavras de Lerner (2019) para descrever o patriarcado, que foi estabelecida a “regra” dispar entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico exercido pela mulher. Nesse sentido, a autora explica que o feminismo é o termo designado como:

(a) doutrina que advoga por direitos sociais e políticos para mulheres iguais aos dos homens; (b) movimento organizado para conquistar esses direitos; (c) a afirmação das reivindicações de ‘mulheres como grupo’ e o corpo teórico que as mulheres criaram; (d) a crença na necessidade de mudança social em grande escala para aumentar o poder das mulheres. (Lerner, 2019, p. 291)

Durante a realização da plenária (RESF, 2022), as participantes destacaram nas discussões que o modelo neoliberal em que vivemos propicia o afastamento do Estado da providência de locais públicos coletivos onde há a socialização do trabalho doméstico e de cuidados, como por exemplo, creches, lavanderias e cozinhas comunitárias. Brown (1995a, 2015) desenvolve há décadas estudo coerente com o apontado, explorando como o neoliberalismo, uma forma econômica que surgiu no final do século XX, moldou a racionalidade da composição dos sistemas políticos e econômicos contemporâneos¹², colocando em voga princípios diametralmente opostos aos da solidariedade, como o individualismo na busca do bem-estar e ganho financeiro, a competição, já que incentiva interesses individuais, e a transferência da responsabilidade de Estado e empresa diretamente para os indivíduos já precarizados.

O sistema cooperativo da EcoSol surge como uma alternativa ao isolamento doméstico, pois possibilita, por meio da técnica administrativa da rotatividade de funções, maior paridade nas atividades realizadas, repensando a organização do trabalho e, conseqüentemente, combatendo o modelo de divisão sexual do mesmo e atuando na melhoria das condições das trabalhadoras, já que não são relegadas ao cumprimento de jornadas parciais devido a feitura de tarefas que agravaram o processo de alienação no mercado de trabalho convencional (Toledo, 2005). Além disso, os princípios da EcoSol combinados com a EcoFem almejam combater a forma de cooptação neoliberal das demandas feministas realizada por meio da mercantilização do discurso sobre o empoderamento feminino - a qual

¹¹ Com “gênero”, me refiro à categoria de análise distinta da definição de sexo e definida por Butler (2018) como um constructo social capaz de definir e perpetuar o “tradicional”, como comportamentos, discursos e práticas sociais consideradas femininas ou masculinas.

¹² Por meio, por exemplo: da reivindicação da mínima do governo na economia, causando a desregulamentação e precarização dos serviços públicos, considerados transações de mercado ou gastos austeros.

Brown (1995b) também denuncia -, pois, quando alinhados com a solidariedade e igualdade, promovem uma visão coletiva sobre as questões sociais e desigualdades sistêmicas¹³, em detrimento da perspectiva neoliberal, hiper focada no indivíduo.

A (re)inserção profissional das mulheres por meio das redes de Economia Solidária também foi apontada pelas participantes no encontro (RESF, 2022) como uma oportunidade para a volta aos estudos e acesso à educação básica e superior. Tal exclusão também se justifica pela desigualdade de gênero induzida pelo modo de produção dominante, já que a sobrecarga de trabalhos domésticos toma o tempo que poderia ser dedicado ao aprimoramento intelectual das mulheres, reservando-as a um lugar subalterno. Tiriba (2007, p. 89) afirma que:

Para os trabalhadores que não tiveram acesso a uma educação básica de qualidade social, e que historicamente estiveram relegados às tarefas de execução, a questão da viabilidade econômica de suas organizações é um tema que os preocupa sobremaneira, constituindo-se hoje em dia como um importante conteúdo programático nos cursos de formação.

Por esse motivo, o trabalho na produção associada dos empreendimentos solidários é considerado tanto um princípio educativo quanto a finalidade desse processo, que se constitui a medida em que uma cultura do trabalho compatível com os valores da Economia Solidária se materializa no cotidiano da produção. A universidade, na qualidade de fomentadora da EcoSol por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), são essenciais para que ocorram qualificações no cotidiano dos empreendimentos, mas, mais que isso, conforme afirma Adelino (2021, p. 33) em sua monografia sobre o papel do ensino superior nesse contexto, “a universidade abre portas e amplia os horizontes de todas as pessoas que passam por ela de forma direta ou indireta.”. Fischer e Tiriba (2009, p. 202) afirmam que “Não por acaso, as relações entre trabalho associado, educação e autogestão entram em cena, criando contornos singulares de reflexão e ação” implicando que as experiências do trabalho autogestionário produzem uma determinada pedagogia¹⁴, à qual pertence o desafio de aliar a prática nos empreendimentos e a teoria acerca da educação e do trabalho sob uma perspectiva política, formando “um processo em que a práxis produtiva se constitui como princípio educativo” (Tiriba, 2007, p. 89).

¹³ Asseburg e Gaiger, 2007; Mota e Bastos, 2019.

¹⁴ Pedagogia da Produção Associada (Tiriba, 2008); Pedagogia da Autogestão (Nascimento, 2009).

A medida em que o ato político da educação popular¹⁵ se realiza, seja por meio dos empreendimentos de Economia Solidária e Feminista, seja por meio da extensão universitária incidindo nesses espaços, @s sujeit@s constituem-se como educand@s em um processo construtivo recíproco de conscientização acerca de seus direitos (à saúde, à emancipação, à alimentação de qualidade, entre outros), ou seja, “o processo que resulta da práxis permanente dos seres humanos sobre a realidade” (Hurtado, 2006, p. 151). Essa tomada de consciência sobre o lugar historicamente ocupado pela mulher e o desafio dessa noção na contemporaneidade é o instrumento que pode servir como incentivo à busca de uma primeira - ou uma nova - inserção em ambientes educacionais tradicionais.

O questionamento “onde estão as mulheres negras na estrutura organizativa da ES?” foi realizado pelas participantes presentes, remetendo à necessidade de agregar à perspectiva da Economia Solidária a abordagem interseccional¹⁶, isto é, compreender que além da opressão patriarcal, as mulheres inseridas nesse movimento ainda sofrem outros tipos de violência que não podem ser hierarquizados, ligados à vulnerabilidade no ambiente de trabalho e ao racismo, o que resulta no prejuízo de aspectos fundamentais à manutenção e reprodução de suas vidas. De acordo com Akotirene (2019, p. 19), “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo”. No desenrolar da plenária (RESF, 2022), a discussão se estendeu à ausência de mulheres indígenas e refugiadas e ao apagamento do movimento LGBTQIA+ dos processos de gestão da Economia Solidária, refletindo o molde capitalista, colonialista e patriarcal¹⁷ do sistema que tentam romper. Fraser (2013) discorre sobre a importância de não reconhecer o heterossexismo, pois reflete uma forma de ameaça ao sistema capitalista, mas cujo potencial só se concretiza em uma luta social conectada às demais lutas anticapital.

A articulação da Economia Solidária e Feminista coloca questões essenciais para a reflexão sobre o sistema em que vivemos; Kollontai (1907) argumenta que todo direito adquirido pelas mulheres as deixa mais perto do objetivo da *emancipação*. Quando associado às mulheres, a expressão significa, de acordo com Lerner (2019, p. 292) “liberdade das restrições impostas pelo sexo; autodeterminação; e autonomia”, ou seja, livrar-se das

¹⁵ “A Educação Popular assume uma posição consequente e define educação também como um ato político. Em consequência, afirma ‘que toda educação é, além de um ato pedagógico, um ato político’. Não há como se manter na mera declaração de princípios e à margem de compromissos sócio-históricos concretos.” (Hurtado, 2006, p. 153)

¹⁶ Crenshaw, 1989.

¹⁷ A tríade conceitual está conectada aos estudos decoloniais, relacionados com a Economia Solidária nas pesquisas de Carvalho *et al.* (2018) e Fernandes e Diniz (2018).

privações biológica e socialmente impostas, ter o poder de definir seu papel social, tomar decisões sobre seu corpo e obter independência financeira, liberdade de expressar e viver sua orientação sexual e de seu estilo de vida.

Por mais que o modelo da EcoSol apresente falhas e contradições - algumas apontadas no debate acima - elas estão sendo pontuadas e discutidas por diversos coletivos e redes no sentido de, ainda que nos marcos do capitalismo, pautar a transformação. Esta foi a motivação na formulação do objeto de pesquisa deste projeto, que se dará em torno da construção das representações sociais das mulheres – sujeitas da Rede de Economia Solidária Feminista - a respeito das categorias que as cercam e que foram resumidamente apresentadas nesse capítulo, como, por exemplo, suas perspectivas sobre a produção e reprodução da vida, o cuidado, a educação, a emancipação e a comunidade.

Com "representações sociais", me refiro à teoria de mesmo nome (TRS) caracterizada por como um objeto por excelência da Psicologia Social, inaugurada por Moscovici (1961) com o intuito de estudar os processos decorrentes das interações de determinado grupo social como um todo e de seus indivíduos, a fim de analisar como a passagem de uma forma de conhecimento influencia na compreensão do mundo que os rodeia e na identificação e resolução de problemas. “É pois, um saber que organiza um modo de vida e que, por isso mesmo, adquire dimensão de realidade.”, conforme argumenta. Na constituição do terceiro capítulo, essa categoria será melhor destrinchada.

1.3. A importância da articulação em redes para a transformação social

Silva e Silva (2014, p. 2) argumentam que:

Mais do que uma eficiente estratégia organizada por empresas, essas redes emergem como fatores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas, e um tratamento adequado às diversas questões levantadas pelos movimentos sociais populares, em busca do bem-estar de todas as pessoas, sinalizando um projeto de perspectivas promissoras, nas quais a colaboração solidária entre pessoas, empresas, organizações políticas, sociais e culturais permite construir novas relações humanas, garantindo que estas possam competir com as demais organizações por seu espaço no concorrido mercado, ao propiciar condições para a realização de atividades competitivas na construção coletiva, de uma sociedade que vive apenas no interesse capitalista.

A Rede de Economia Solidária e Feminista se consolida oficialmente no mês de maio de 2013, por meio da ampliação de parcerias em projetos, por exemplo: com a Secretaria de

Política para as Mulheres (SPM), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas parcerias institucionais se concretizavam por meio de apresentações de projetos e discussões sobre a necessidade de investimento e capacitação técnica das mulheres nos empreendimentos (RESF, 2019a).

A construção da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) contou com a participação ativa da RESF, que organizou Conferências Temáticas Livres de Economia Solidária e Feminista nos nove estados onde se encontrava organizada. O produto das formulações (RESF, 2014), que foi apresentado nas conferências territoriais e estaduais e discutido em diversos momentos da III CONAES, conta com quatro eixos, que são apresentados como suas bandeiras de luta: 1, “Produção, Comercialização e Consumo”, 2, “Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias”, 3, “Acesso ao Conhecimento: Educação, Formação e Assessoramento” e 4, “Ambiente Institucional: Legislação e Integração de Políticas Públicas”. O esforço de articulação e documentação da rede também se encontram em seu Caderno Organizativo (RESF, 2019a, p. 7), no qual são dispostos os princípios que a fundamentam:

Visibilidade e valorização do trabalho da mulher; Reconhecimento da esfera reprodutiva e de cuidados como indispensável para o bem viver e para o desenvolvimento sustentável e democrático de nossas comunidades e sociedades; Empoderamento e autonomia econômica das mulheres na perspectiva da igualdade de gênero; Economia solidária como trabalho auto gerenciado, associativo e em cooperação na perspectiva de um outro modelo de desenvolvimento, sustentável e solidário; Construção da Economia Solidária e Feminista como alternativa ao capitalismo patriarcal e à divisão sexual do trabalho, como uma economia voltada para o bem viver de tod@s.

A RESF, portanto, inaugura e se mantém com a proposta de somar nas discussões voltadas ao universo da Economia Feminista que já estavam sendo produzidas dentro do movimento da Economia Solidária, servindo como um instrumento de centralização e via de aproximação desses debates e contribuições após o declínio do fomento e representação via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). É inegável a contribuição da RESF para a institucionalização e fomento às políticas públicas voltadas à mulher no Brasil, porém, apesar de algo indispensável nesse trabalho, pretendo utilizar essa análise como pano de fundo e trazer o foco às questões subjetivas que permeiam a rede e su@s sujeit@s.

As mulheres que participam dos empreendimentos da RESF buscam formas alternativas de trabalho e de organização social, com base em valores como a cooperação, a solidariedade e a equidade de gênero. A maioria dess@s sujeit@s são trabalhadoras

informais¹⁸, empregadas domésticas, empreendedoras individuais, artesãs, agricultoras familiares e outras trabalhadoras precárias, que encontram na Economia Solidária uma alternativa de trabalho mais digna, devido ao alinhamento aos pressupostos previamente mencionados. Esses indivíduos geralmente enfrentam diversas barreiras para ingressar no mercado formal de trabalho, como a discriminação de gênero, a falta de acesso a crédito e a capacitação profissional, e a falta de redes de apoio e solidariedade. A Economia Solidária e feminista surge como uma contraposição a essas barreiras, oferecendo um espaço de trabalho que almeja a igualdade e solidariedade, em que as mulheres podem se organizar de forma autônoma e democrática, e participar da gestão e dos lucros dos empreendimentos.

As mulheres da RESF são previamente escolhidas como sujeitos da pesquisa por estarem vinculadas simultaneamente a dois movimentos políticos de grande relevância e que agregam os debates da esfera pública com as demandas que são realizadas à esfera do mercado e do Estado. As enxergo como constituintes de uma micropolítica, aos termos de Guattari (2005), como produtoras de um modo de viver, de subjetividades. Além disso, as participantes que estão inseridas na RESF também se engajam em lutas sociais e políticas pela igualdade de gênero, pelos direitos das trabalhadoras e pela construção de um projeto de sociedade justa e igualitária. Essas pessoas muitas vezes enfrentam resistência e violência por parte de setores conservadores da sociedade, mas continuam lutando por seus direitos e pela transformação social.

Todo o esforço de pesquisa aqui registrado foi realizado conforme os princípios da autogestão¹⁹, ou seja, a participação ativa de todos os membros da organização, a cooperação e colaboração ao invés de competição interna, a responsabilidade compartilhada, sem a presença de uma autoridade central, a transparência e a comunicação aberta e o aprendizado contínuo e adaptação. É importante mencionar o paradoxo da autogestão denominado “gota a gota” (Mothé, 1980) por meio do qual são descritos os principais entraves da prática autogestionária em um sistema capitalista que limita a gestão das unidades de produção, porém, em ambos os casos - no texto mencionado e nessa pesquisa - é defendida a ideia de que, mesmo que a autogestão esteja condicionada a experiências pontuais - situadas nas práticas do sistema, com viés não revolucionário -, ela ainda pode servir como um importante instrumento de transformação social.

¹⁸Ipea, 2016, p. 24.

¹⁹Guillerm e Bourdet (1976, p. 19-41) definem e distinguem comparativamente os princípios-chave da autogestão.

Por esse motivo, justifico a relevância da realização da pesquisa nesse grupo específico e particular, como uma forma mútua de reforço dos princípios de autogestão da EcoSol, registro dess@s sujeit@s polític@s e, de resgate e socialização de experiências e vivências em comunidade, enfim, uma contribuição à percepção dess@s sujeit@s como produtor@s de conhecimentos indispensáveis à valorização da vida e uma forma de reverenciar seus esforços para o combate ao modo de produção destrutivo em que vivemos e para a construção de uma sociedade pautada em outros princípios.

Considero essa pesquisa de relevância para o Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos por algumas razões, sendo as mais latentes relacionadas ao título que compõe a linha de pesquisa na qual me insiro: “Questão Social, Trabalho, Socialibilidades e Resistências Políticas”; a RESF gera uma alternativa de trabalho e organização social que busca enfrentar as desigualdades e injustiças presentes na sociedade, como a discriminação de gênero e precariedade do trabalho. Construo a perspectiva de que as questões subjetivas, em conjunto com as manifestações da questão social²⁰, são essenciais para a formulação de políticas e estratégias que promovam a justiça social e o direito d@s trabalhador@s.

Ao investigar a participação das mulheres na RESF, a pesquisa buscará destacar seu engajamento em lutas sociais pela construção de outro modo de vida e almejará fornecer percepções válidas para o fortalecimento dessas.

Academicamente, apesar de inédito em nosso programa de pós graduação, esse esforço de abordar as mulheres da RESF foi realizado sob a ótica de pesquisadoras pertencentes a outras instituições, as quais estão presentes na constituição da revisão de literatura²¹ desse trabalho; o intuito de minha pesquisa é tecer um novo olhar focado sobre essas mulheres, no sentido de uma abordagem que paira sobre o subjetivo, abordando olhares sobre a agroecologia, educação, produção do saber e práticas de gestão das mulheres no campo da Economia Solidária como as pesquisadoras desse campo realizaram anteriormente, sim, porém, tendo como guia o reconhecimento da importância de todos esses elementos para a constituição dos que constroem as representações sociais.

Em outras palavras, através do estudo das práticas de sociabilidade e resistência política dess@s sujeit@s, a pesquisa buscará contribuir para a compreensão dos desafios

²⁰ Stein (2000) caracteriza os desafios da questão social contemporânea, como a desigualdade social, o desemprego e a perda de direitos e destaca que as estratégias mais adequadas para esses problemas são as que envolvem diversos atores da sociedade e permitam uma abordagem multidisciplinar e participativa.

²¹Alves, 2014; Bonumá, 2015; Santos, 2017; Soares, 2019; Santos; Almeida; Araújo, 2021.

enfrentados por esses movimentos, bem como trará a identificação das estratégias de resistência e transformação social e permitirá a análise de relações de poder e gênero presentes no campo da Economia Solidária e Feminista.

Por fim, creio que por envolver a análise de questões relacionadas à economia, gênero, políticas sociais, direitos humanos, entre outras áreas do conhecimento, a pesquisa se tornará uma via de compreensão holística dos desafios e oportunidades enfrentados por *ess@s* *sujeit@s*, contribuindo para o enriquecimento teórico e metodológico do programa por preconizar uma abordagem interdisciplinar do campo estudado.

Visualizo como pressuposto, a possibilidade de que a inserção, expressa na articulação da RESF, em dois movimentos sociais de expressividade histórica e de transformação constante tenha sido um fator de influência em como *el@s* *mesm@s* se vêem e percebem umas às outras no cotidiano da produção do viver. Parto da análise da cooperação em redes das quais *ess@s* *sujeit@s* usufruem, que prezam pela reprodução do bem viver²² ao mesmo tempo em que lutam pela valorização do trabalho e pela autonomia feminina, em busca da igualdade de gênero.

Considero essa pesquisa uma forma de observar e questionar *“De que maneira a inserção concomitante das mulheres da RESF em dois grupos contra hegemônicos - a dizer, o movimento feminista e a EcoSol – produz representações sociais n@s* *sujeit@s* *inserid@s?”*. Responder mesmo que de forma incipiente a pergunta estabelecida, portanto, configura como objetivo principal desta investigação.

Tendo esse questionamento como fio condutor, o primeiro capítulo busca problematizar os debates produzidos dentro da EcoSolFem - tendo como ponto focal a motivação para inserção das mulheres dos empreendimentos da RESF em ambos movimentos; já o terceiro capítulo tem o intuito de apresentar a investigação acerca do processo de produção das representações sociais *d@s* *sujeit@s* *organizad@s* na RESF a partir da dupla inserção, introduzindo a TRS como a linha metodológica utilizada para a conceitualização da pesquisa; o terceiro capítulo ainda tem por objetivo específico dispor de instrumentos metodológicos como o grupo focal e técnicas como a análise de discurso a fim de analisar qual a relação estabelecida entre a participação das mulheres dos empreendimentos da RESF nos movimentos (EcoSol e EcoFem) e as representações sociais

²² “O Bem Viver [é] uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo.” (Tortosa, 2017)

produzidas, para tal, apresenta as categorias-chave de análise que permeiam os dois movimentos e que operam como eixos constituintes das representações sociais dentro da rede.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA (ECOSOL) E ECONOMIA FEMINISTA (ECOFEM): DEBATES EM CURSO E CONVERGÊNCIAS EPISTÊMICO-METODOLÓGICAS

Frente à conjuntura e diante de uma transição paradigmática, percebe-se a emergência de iniciativas econômicas que contrapõem a concepção hegemônica de economia e, a partir de práticas e estratégias de sobrevivência, trazem para a cena econômica também elementos políticos caracterizados por solidariedade, coletividade, sustentabilidade, confiança, emancipação - entre outros. (Santos, 2019, p. 11)

Conforme Santos e Cunha (2015) contextualizaram, as outras economias surgem em um processo de refletir e formular modos de organização econômica não capitalistas, centradas em uma nova relação entre seres humanos e entre esses e a natureza. Esses são preceitos comuns à Economia Solidária e a Economia Feminista, e essa similitude de princípios, perspectivas e processos orientou um movimento a fim de conjugar essas duas epistemologias²³.

2.1. A Construção da Economia Feminista no Brasil

No início da década de 2000, Nobre realiza o resgate histórico de autoras²⁴ que retrataram a construção da divisão sexual do trabalho e sua reprodução nas cooperativas francesas e inglesas, nas quais as mulheres já estavam presentes desde o movimento associativo do final do século XIX, ocupando geralmente funções que hoje são associadas ao trabalho social e militando a favor da educação e saúde por meio do apoio ao Partido Trabalhista, no caso do cooperativismo inglês; apesar dessa participação na luta, o papel das mulheres geralmente é esquecido ao refletirmos sobre esse momento histórico.

Contemporaneamente às autoras citadas, Pena (1981 *apud* Bonumá, 2015) estuda a presença das mulheres na construção do sistema fabril brasileiro em meados do século XIX, comprovando que elas eram a maioria dos trabalhadores; Saffioti (2015) categoriza a superexploração dessas trabalhadoras como uma acumulação primitiva possibilitada pela divisão sexual do trabalho, que não remunerava o trabalho feminino da mesma forma que o masculino, devido aos prejuízos da não-remuneração do trabalho doméstico, entre outros trabalhos reprodutivos. Bonumá (2015, p. 31) conclui, portanto:

²³Díaz, 2009; Nobre, 2003b; Osorio-Cabrera, 2014; Osorio-Cabrera et al., 2019; Schneider, 2010.

²⁴Guérin, 2003a; Scott, 1991; Scott e Tilly, 1989 *apud* Nobre, 2003a.

Assim, fica evidente o quanto a divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres centralmente a responsabilidade com as tarefas reprodutivas, com a família e com o trabalho doméstico, define a partir daí seu lugar na sociedade, desvalorizando sua inserção na esfera do trabalho produtivo. Portanto, mesmo com o não reconhecimento das tarefas de reprodução humana, do trabalho doméstico e de cuidados, a carga das mulheres, na categoria de ‘trabalho’, e de sua invisibilidade, elas pesam decisivamente para a desvalorização da força de trabalho feminina. Ou seja, as mulheres vão para a esfera produtiva a partir do ‘status’ que a divisão sexual do trabalho lhe confere: como trabalhadoras de segunda categoria que, portanto, têm condições de desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho.

Nobre (2003a) prossegue com sua análise trazendo dados que comprovam que a inserção assalariada das mulheres no ambiente de trabalho diminuiu o peso do trabalho comunitário como única possibilidade de participação, porém, no Brasil de 2001, com políticas de corte de gastos públicos sociais, a tendência de delegar o trabalho comunitário às mulheres estava em voga, como é a tendência dos dias de hoje, já que os cortes de investimentos em políticas públicas passam dos 50% no Orçamento Anual 2023, - 59% no programa Farmácia Popular, 58% no DataSUS - chegando a 97% nas verbas para manter infraestruturas escolares e 99% em recursos para construção e reforma de casas de trabalhadores rurais e agricultores familiares (Brasil, 2022).

Por esse motivo, o debate que Nobre (2003a) propõe, sobre o risco de a divisão sexual do trabalho configura-se em um discurso afirmador do pleno emprego para os homens e a Economia Solidária para as mulheres, ainda se faz muito recente, já que, com o número de brasileiros desempregados atingindo 14 milhões (IBGE, 2021), a EcoSol ainda configura como uma alternativa para mulheres que não conseguiram acessar o mercado de trabalho, já que pelo seu caráter autogestionário, compatibiliza a dupla jornada de trabalho – doméstica e remunerada – que as mulheres realizam, como argumenta Bonumá (2015).

Sobre essa mesma categoria, outra reflexão pautada pelas mulheres inseridas no movimento de Economia Solidária e Feminista se dá sobre o questionamento da presença dessas nos espaços de articulação política, como os Fóruns, Congressos e as parcerias institucionais e governamentais (Alves, 2014; Santos; Almeida; Araújo, 2021). O questionamento feito versa acerca da manutenção dos papéis desiguais de gênero, mesmo em um movimento em que teoricamente todos teriam as mesmas condições de subsistência e no qual as mulheres são maioria (Bonumá, 2015).

Uma via para a abordagem desse debate já é proposta por Nobre (2003b, p. 209) e diz respeito à responsabilidade da Economia Solidária assumir a agenda da Economia Feminista de “rompimento da separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho, e ampliar a noção de trabalho”. Para essa superação, Nobre aborda a proposição de Hirata e

Zarifian (2003 *apud* Nobre, 2003a) que diz respeito a superação da hierarquia e separação entre as atividades humanas que atendem às necessidades rentáveis e de subsistência, ou seja, a autora estabelece que uma perspectiva de sociedade pós-capitalista deve estar disposta a construir novas práticas que organizam tanto a produção de bens quanto a (re)produção do viver.

Em outro de seus textos, Nobre (2016, p. 65) também argumenta sobre a divisão do trabalho que, “valorizar as atividades consideradas femininas implica também em reconhecer a qualificação das mulheres que é naturalizada por ter sido apreendida em sua socialização de gênero”. Esse elemento auxiliar a explicar a concentração de mulheres em empreendimentos de artesanato e agricultura familiar e camponesa, e essa divisão só pode ser rompida pela capacitação em outras áreas, por meio de cursos técnicos, por exemplo, e pela recriação do ambiente e instrumento de trabalhos de modo que se adaptem aos critérios das produtoras, e não da economia capitalista, conforme afirma Nobre (2016).

Guérin (2003b *apud* Nobre, 2003a) alerta para a necessidade de estabelecimento de uma nova intermediação entre Estado, mercado e família, para que a reflexão sobre cuidados não se dê como algo pertencente à esfera doméstica, ou pelo contrário, relegá-los à esfera do mercado capitalista; a construção da solidariedade, - também essencial para o desmantelamento do sistema capitalista, caracterizado pela competição - passa pela compreensão da desigualdade desses processos que constituem nossa sociedade hoje em dia.

A Economia Solidária constitui uma via de viabilização do trabalho de cuidados, pois, ao invés de relegá-lo às esferas anteriormente mencionadas, realmente estabelece uma nova intermediação ao socializar esses cuidados, já que as fronteiras entre o público e o privado não estão nitidamente demarcadas; a percepção da ideia de desigualdade também é compartilhada com o grupo, propiciando soluções para seu enfrentamento (Schneider, 2010).

Bohn e Fernandez (2021) caracterizam a Economia Feminista como um enquadramento analítico, teórico e prático que, por meio da proposição da reorganização do sistema econômico, a partir da categoria gênero, gera um desdobramento político-pragmático situado na possibilidade de equacionar os problemas identificados a nível teórico, mediante a construção de políticas públicas sensíveis ao gênero.

Sendo um dos campos mais recentes da pesquisa em Ciência Econômica, originado a partir do surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE) nos Estados Unidos no final dos anos 1980, a corrente teórica da Economia Feminista ainda é caracterizada pelas autoras como extremamente incipiente no Brasil, onde passa a se tornar

relevante nas décadas de 2000 e 2010, a partir da crítica tecida pelo movimento feminista organizado à lógica de mercado incorporada pelo neoliberalismo, e à insuficiência da economia tradicional para a resolução de desigualdades sociais seculares no país²⁵.

Apesar da sua proposta analítica e do desenvolvimento do campo científico-econômico possuírem marcos relativamente recentes no Brasil, a ascendência do feminismo como movimento social, teórico e político data do final do século XIX²⁶, com demandas como o direito a alfabetização evoluindo no século XX para o direito ao voto, ao curso superior e ao acesso ao trabalho - para as mulheres brancas, já que as mulheres pretas exerciam o labor desde o fim da escravidão; conforme menciona Paulon (2010), mulheres pobres trabalharam desde a concepção da sociedade brasileira exercendo diversas funções desvalorizadas socialmente.

Em meados da década de 1960 e 1970, desenvolve-se o debate em torno da questão da sexualidade e direitos reprodutivos²⁷, bem como o movimento das mulheres marca a luta contra a ditadura militar vigente no período e pela redemocratização do país²⁸; mesmo durante esse regime, surgem símbolos de resistência como o Movimento Negro Unificado (MNU), do qual uma das fundadoras, Lélia Gonzalez (2020) figura como um dos principais expoentes do feminismo negro, dedicando muitos de seus textos ao estudo sobre a desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho e sobre a situação econômica da mulher preta.

Emergindo a partir de encontros e congressos que versavam sobre as questões da mulher, as discussões acerca de gênero são trazidas para os debates acadêmicos no Brasil no início dos anos 1980 e passam a se solidificar por meio de núcleos de estudos feministas dentro das universidades - por exemplo, o Núcleo de Estudos de Gênero da PUC-SP, fundado em 1976, o Grupo de Estudos Feministas da USP, criado em 1978 e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, fundado em 1983.

O avanço na ampliação do movimento de mulheres em diversos setores refletiu-se no contexto da elaboração da Constituição Cidadã de 1988, na qual figuravam conquistas como a isonomia jurídica entre homens e mulheres, a proibição da discriminação no mercado de trabalho por motivo de sexo, o dever do Estado em coibir a violência doméstica, entre outras (Rocha, 2018). A chamada institucionalização do movimento ampliou-se na década de 1990,

²⁵Teixeira (2018).

²⁶Mesmo que a obra de Wollstonecraft (2016) date do século XVIII e tenha ideias e argumentos que contribuíram posteriormente para a construção do ativismo feminista organizado.

²⁷Saffioti (1976).

²⁸Menciono aqui o Movimento Democrático de Mulheres (1968), o Movimento Feminino pela Anistia (1975) e o Grupo Tortura Nunca Mais (1985), fazendo referência a diversos grupos fundados e protagonizados por mulheres que desempenharam papel significativo na resistência à ditadura militar no Brasil.

com a ascensão das Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas e com a inserção das mulheres pertencentes ao movimento na formulação e execução de políticas públicas em articulação com o Estado (Alvarez, 2014 *apud* Perez e Ricoldi, 2019).

Atualmente, o movimento feminista no Brasil parece se organizar em torno de uma quarta onda, marcada pela reivindicação do alinhamento dos debates sobre raça e classe ao de gênero – interseccionalidade –, gerado pela pluralidade de vertentes existentes na corrente teórica feminista, e pelo uso da internet como ferramenta de mobilização pelos movimentos sociais, conforme afirmam Perez e Ricoldi (2019).

A Economia Feminista existe no Brasil assumindo a forma de uma “corrente crítica na Ciência Econômica que se volta à recuperação das experiências femininas para a compreensão das interações sociais” (Bohn e Catela, 2017, p. 16), que, devido a seu combate a determinadas formas de opressão e ao viés androcêntrico²⁹ da economia tradicional, “traz consigo a interdisciplinaridade da temática e a diversidade teórica, de modo a não lidar com interpretações unificadas da realidade” (Bohn e Catela, 2017, p. 2), portanto, quando analisa-se essa corrente, é necessário realizar uma diferenciação³⁰ entre a introdução da mulher como sujeito econômico na produção científica - que descreve os procedimentos da Economia de Gênero -, e da prática da valoração da experiência feminina como sujeito de mudança, que integra a metodologia da Economia Feminista.

Conforme descreve Antonella Picchio (2003), a tarefa de dividir ambas as análises não é fácil nem automática, e depende de uma política de produção epistemológica que implique em outro modo de aproximar-se das causas e questões relacionadas à vida de homens e mulheres. Esse novo modo de fazer economia se situa, portanto, sobre três preceitos: a crítica a divisão sexual do trabalho e o aporte à esfera doméstica; percepção do viés de gênero nas estruturas econômicas e busca pela superação das desigualdades entre mulheres e homens; e a proposta de uma economia alternativa que tenha como eixo central a vida das pessoas (Bohn e Catela, 2017).

No lastro dessa abordagem - teórica e epistêmica - que é a Economia Feminista, reconhece-se, tanto no campo político quanto no científico, a tendência de transição paradigmática para as experiências relacionadas ao universo das outras economias, com foco na cooperação, na inteligência coletiva, livre e partilhada (Tygell, 2011), caracterizadas por

²⁹O termo se refere à tendência social de colocar as perspectivas e padrões masculinos como padrão ou norma, ignorando, marginalizando ou considerando desviante as representações femininas e diferenciadas desse espectro de gênero.

³⁰Carrasco, 2006; Picchio, 2003; Orozco, 2005.

Santos e Cunha (2015) como um novo senso comum social e econômico que aponta para futuros onde paradigmas pós-capitalistas e pós-desenvolvimentistas se corporizam em outras agendas políticas, pensadas como utopias tangíveis e concretizáveis. A Economia Solidária compartilha, assim como a Economia Feminista, do pertencimento ao campo caracterizado como o das economias alternativas.

2.2. A Economia Solidária no Brasil

Paul Singer (2000) caracteriza a Economia Solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, que alia o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio de socialização desses meios. Sua construção foi apontada como uma das principais formas de luta contra o capitalismo, juntamente com a ação de partidos e sindicatos por direitos políticos e sociais (Singer, 2000).

No Brasil, a Economia Solidária assume forma semelhante à atual nos anos 1980, como consequência da organização dos movimentos sociais para enfrentamento da crise de desemprego em massa, gerada pela desindustrialização que assolou a década; de acordo com Singer (2002), no início do século XXI – até fevereiro de 2002, o cooperativismo autogestionário, típico da Economia Solidária, gerara três modalidades no país: a transformação de empresas em crise em cooperativas de trabalhadores, cuja unidade de fomento é a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (UNISOL); o cooperativismo agrícola criado pelos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e os grupos de produção associada fomentados por entidades universitárias, denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

No ano de 2001, os movimentos sociais da EcoSol vivenciavam os resultados decorrentes do Fórum Social Mundial (FSM) e, observando a necessidade de articulação nacional, constituíram o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, na oportunidade da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva no ano posterior, propuseram a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), por meio da carta “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, elaborada e aprovada na I Plenária Brasileira da Economia Solidária. A SENAES foi instituída em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Conforme versa Santiago (2015, p. 3):

Em razão do caráter participativo de sua gestão e de seus princípios básicos, a estruturação da Secretaria e de suas políticas tinha o objetivo claro de garantir o

desenvolvimento do movimento, tendo em vista organizá-lo e encaminhar suas demandas no âmbito do governo.

Durante os primeiros anos, a institucionalização da SENAES consistiu, portanto, em atuar: na formação de gestores, tanto no MTE quanto para outros órgãos governamentais, participando de reuniões, grupos de trabalho e debates, que permitiram a inserção da Economia Solidária nas demais pastas e secretarias; na constituição do mapeamento que gerou a base de informações constituinte do Sistema Nacional de Economia Solidária (SIES) em 2005, permitindo a formulação de políticas públicas mais legítimas – ou seja, possíveis e executáveis - sob o ponto de vista institucional. As plenárias, feiras e fóruns continuaram sendo o instrumento principal de visibilidade das práticas e ideias do movimento (Santiago, 2015), e a articulação transversal da Economia Solidária permitiu a atuação da SENAES em áreas para além do trabalho e renda, inclusive em parcerias internacionais (Faria e Sanches, 2011; Schiochet, 2011 *apud* Chiarello, 2020).

Saltando temporalmente até o ano de 2010, último ano do governo Lula, é possível observar quando os fios da Economia Solidária e da Economia Feminista começam a se entrelaçar. Como reflexo do mapeamento - o qual demonstrava uma emergência de mulheres no movimento, sobretudo no espaço urbano -, a SENAES lança o subprojeto “Economia Solidária e Economia Feminista”, vinculado ao projeto “Brasil Local: Economia Solidária e Desenvolvimento”, com o objetivo de fomentar ações de Economia Solidária constituídas por mulheres. A Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2001 no Rio Grande do Sul, foi a organização selecionada para executar esse projeto por meio de licitação pública.

O plano iniciou-se com mapeamento de 300 empreendimentos, compostos por maioria de representantes do gênero feminino, nas cinco regiões do país, agregando suas experiências e particularidades; e posteriormente, foram realizadas oficinas de formação em Economia Solidária e Feminista, essas seguidas de momento de discussões sobre a política pública de fomento a partir da realidade das participantes.

Na segunda fase do projeto, surge a proposta de articulação dos empreendimentos de Economia Solidária participantes em rede, e em julho de 2012 a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) surge, a partir de um acordo coletivo no Seminário Nacional de finalização do Brasil Local Economia Solidária e Feminista, visando a continuidade das ações conjuntas nos nove estados de atuação do projeto: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio

de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará (Bonumá, 2013).

Chiariello (2020) estabelece três momentos da linha temporal da SENAES: (1) de 2003 a 2012, sendo o último ano o de maior investimento orçamentário; (2) a partir de 2013, em que começa a observar-se o declínio de sua participação na composição da agenda política e o contexto de crise social, política e econômica; em 2015, a desidratação das políticas públicas para a Economia Solidária como consequência dos anos anteriores; (3) a transformação da SENAES em Subsecretaria em 2017, e sua extinção em 2019, resultando no alojamento da temática da Economia Solidária na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana, no Ministério da Cidadania.

É importante observar que esses três momentos coadunam-se com os diferentes períodos políticos pelos quais o Brasil passava, respectivamente: os governos Lula (2003-2011), com ações voltadas para a geração de trabalho e renda nos empreendimentos; os governos Dilma Rousseff (2011-2016), com continuidade nas ações durante os primeiros dois anos, seguida por queda, que se tornou vertiginosa a partir do processo de impeachment e governo do vice-presidente Michel Temer (2016-2018), que marca a saída do Prof. Paul Singer como secretário da SENAES.

Conforme menciona Chiariello (2020, p. 113):

O desmonte da SENAES ressoa como um oboé desafinado no réquiem de uma possibilidade histórica de inserção da Economia Solidária e seu potencial para emular uma outra economia, uma outra forma de produção de riqueza, alicerçada na solidariedade, na autogestão e no empoderamento de fato da classe que vive do seu trabalho.

A Economia Solidária - como campo teórico e política pública - acaba fadada a essa dependência institucional e mistura de princípios com o cotidiano capitalista de produção, já que, ao buscar a sobrevivência dos empreendimentos dentro da lógica de mercado, as pessoas inseridas nessa prática não desenvolvem completamente a autogestão, entre outros princípios-chave da EcoSol, que formam um novo projeto de sociedade, oposto aos moldes capitalistas. Nessa perspectiva, a articulação com movimentos sociais - como o movimento feminista - qualifica, de fato, a Economia Solidária, pois agrega o potencial de engajamento político e social para a superação da cultura do capital - ao unir-se com o Movimento Negro para a Plenária Temática e discutir as questões raciais, por exemplo, a RESF dá um passo no

sentido de adereçar as questões desiguais que se ainda refletem mesmo na EcoSol, como a precarização das mulheres pretas³¹.

A articulação com o Estado também se faz essencial, porém, em uma visão na qual o priorizado não são políticas de governo³², mas sim, projetos de sociedade, já que, conforme afirma Elias (2019, p. 12):

“(...) apesar do caráter inovador da proposta da economia solidária e feminista, sem mudanças estruturais e superestruturais canalizadas como vontade política coletiva, como projeto societário, corre-se o risco de que os empreendimentos solidários tornem-se formas de mistificação da exploração do trabalho.”

A RESF e os demais atores que seguiram participando efetivamente na mobilização social e política no campo da Economia Solidária simbolizam, logo, a resiliência da economia, produção, comercialização e consumo solidário perante o contexto de uma década de desmonte institucional e desmobilização da esfera pública quanto à temática.

2.3. De 2003 a 2022: Economia Solidária como Política Pública e o desenvolvimento das PPs com viés de gênero no Brasil

Os subcapítulos seguintes tiveram como referencial teórico central os estudos de Santos (2014; 2019; 2022) - a respeito dos processos em que as relações Estado-sociedade se deram no movimento de EcoSol no Brasil nos últimos vinte anos - e de Melo e Thomé (2018) sobre as mudanças nos marcos legais e políticas públicas relacionadas às mulheres, fazendo o mesmo recorte temporal. A necessidade de um subtítulo que sumarie - mesmo que de maneira muito sucinta - os últimos vinte anos sob esses dois aspectos se dá devido a atuação da RESF como um espaço de articulação e mobilização da sociedade civil em torno da Economia Solidária e com perspectiva de gênero; logo, a rede se propõe a servir como canal de participação social das mulheres que nela estão inseridas, seja na inclusão nas políticas públicas já vigentes quanto no diálogo com órgãos governamentais para a apresentação e trabalho sobre propostas e demandas específicas de seus grupos.

2.3.1. 2003-2016: O impulsionamento das políticas públicas de gênero e Economia Solidária no Brasil

³¹ Anjos *et al.*, 2019.

³² Höfling (2001, p. 31).

Conforme mencionado anteriormente, a realização do 1º FSM em 2001 obteve grande influência sobre o movimento da Economia Solidária no Brasil, gerando as Plenárias Nacionais³³. O mesmo ocorre com o movimento feminista³⁴, cujos coletivos se unem na oportunidade para apresentar as temáticas que se propunham a discutir. Essa contextualização do fórum como antecedente da análise é importante para a compreensão de que, apesar de não obter poder de formulação de políticas por si só, o FSM constituiu, no início do milênio, um espaço de intercâmbio e articulação de ideias no mundo todo, servindo como base para o que constituiria efetivamente as políticas públicas a serem implementadas pelos governos nos próximos anos.

De acordo com Melo e Thomé (2018, p. 156), “o período de 2003-2010 foi o melhor período das políticas com viés de gênero”. O recorte corresponde ao primeiro e segundo mandato do governo Lula, o primeiro presidente brasileiro de origem operária e líder do Partido dos Trabalhadores (PT). As autoras atribuem o sucesso desse período ao momento de crescimento econômico e atenção aos movimentos sociais, além da incorporação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), dotada de status ministerial e orçamento próprio, da qual surgiu a construção do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cujas conferências, a nível estadual, municipal e nacional ocorreram nos anos de 2004, 2007, 2011 e 2016³⁵, e geraram resoluções que balizaram as políticas públicas de gênero durante o duodécênio.

Em 2004, foi instituída no Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) a fim de orientar os profissionais com relação às particularidades de gênero no atendimento de saúde. Com relação à EcoSol, Santos (2019, p. 14-15) coloca que:

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) - candidato do PT - em 2002 e, conseqüentemente, a conquista do Estado por parte de forças políticas mais progressistas, essas demandas foram - em parte - se institucionalizando em políticas públicas destinadas a população historicamente marginalizada e invisibilizada. No caso da economia solidária, a política pública foi legitimada a partir da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas não só, pois a economia solidária passou a ser também uma política transversal dos governos PT assumindo diferente roupagens.

³³ Ocorridas em 2002 (São Paulo), 2003 (FSM - Porto Alegre), 2003 (Brasília), 2008 (Luziânia), 2012 (Luziânia) e 2022 (Brasília).

³⁴ Nobre e Faria, 2003.

³⁵ As propostas das conferências realizadas em 2016 não se consubstanciam em um Plano Nacional devido ao contexto da extinção do ministério pelo governo que sucedeu o impeachment de Dilma Rousseff.

A partir de 2003, com a criação da SENAES - expressão pública-estatal - e construção do FBES³⁶ - interlocutor da sociedade na instância política e principal expressão do movimento - se deu a consolidação conceitual do termo “Economia Solidária” (Santos, 2014); a qual foi considerada uma política de combate à pobreza e desigualdade social compatível com a Estatal de articulação democrática e aberta a heterogeneização societária.

Em 2005 iniciou-se a execução metodológica do mapeamento dos empreendimentos de ES no Brasil, considerado um dos primeiros instrumentos transformados em política pela secretaria, juntamente com o Sistema de Informações de Economia Solidária, o SIES, que auxiliou na incorporação posterior de muitos empreendimentos ao Plano Brasil sem Miséria, do Ministério do Desenvolvimento Social (Gonçalves, 2015). Em junho de 2006, ocorre a primeira Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), com o objetivo de constituir políticas não apenas de governo, mas de Estado e aproximar ainda mais o debate Estado-sociedade (Santos, 2019), a qual culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Conquistas significativas do e para o movimento de mulheres advinda das discussões da SPM foram a criação do número 180, da Central de Atendimento à Mulher, e a promulgação da Lei Maria da Penha, em vigência no Brasil desde 2006 e ancorada na Convenção de Belém do Pará - ratificada pelo país em 1995 -, na qual são estipulados mecanismos para coibir, definir e prevenir a violência contra mulheres (Melo e Thomé, 2018).

Em 2010, o Brasil elegeu a primeira presidenta da república, Dilma Rousseff, que se comprometeu com a continuidade da promoção das políticas públicas do PT e garantiu a participação política de mulheres à frente das pastas ministeriais, buscando refletir essa proposta em reformas estaduais e federais - à época, nenhum dos partidos políticos eram presididos por mulheres; hoje em dia, elas representam 6,2% da parcela (Folha, 2023) -, além de garantir que a agenda internacional de enfrentamento à violência de gênero fosse cumprida por meio do comparecimento em convenções e encontros relacionados à temática (Tavares, 2011).

Dentre esforços, uma pauta repetidamente trazida à discussão pelos movimentos feministas, relacionada aos direitos reprodutivos e sexuais³⁷, especialmente a questão da legalização do aborto, foi deixada em segundo plano, como segue até os dias de hoje, sendo a única resolução acerca do assunto definida em 2012, quando o Supremo Tribunal Federal

³⁶ Tygel, 2011

³⁷ Pitanguy, 2011.

permitiu o aborto em casos de anencefalia, e nesse e em demais casos previstos no Código Penal, foi prevista a assistência, ainda que limitada, pelo SUS³⁸. Apesar dos progressos protagonizados nos anos anteriores pelo governo de seu partido, a agenda de gênero no primeiro ano do governo Dilma ainda enfrentava muitas limitações. Tavares (2011, p. 7-8) pontuava que:

O Brasil continua sendo um país violentamente desigual. Ao mesmo tempo em que o governo estabelece novas metas de superação da pobreza e das persistentes desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência.

O mesmo movimento de avançar e retroceder acontecia com a Economia Solidária enquanto política pública para mitigação da pobreza. Conforme Doimo (1995 *apud* Santos 2014) coloca, o movimento da Economia Solidária alterna entre a desconfiança de ação conjunta com o Estado e a necessidade de manter uma autonomia frente ao mercado, além do aumento das organizações, movimentos e identidades realizar incidência sobre a forma como a subjetividade coletiva é reconhecida neste grupo. Santos (2019, p. 50-51) relata um momento no ano de 2014 em que o protagonismo dos trabalhadores dos EES precisou ser imposto em um espaço de diálogo Estado-sociedade:

Durante a Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, os trabalhadores dos EES reunidos interromperam a Conferência e alegaram estar à margem do processo assumindo assim a coordenação dos trabalhos da conferência. Enfim, essa parece ser uma questão resolvida- se formos ver os documentos oficiais, mas na verdade não é. Em toda atividade de economia solidária é possível identificar um tensionamento entre os diferentes sujeitos.

Para que haja ação conjunta, Pitanguy (2011) destaca a importante trabalho de *advocacy* - isto é da mobilização de grupos para influenciar, entre outros aspectos, a tomada de decisões políticas em nome de uma agenda - advindo das mulheres rurais, as quais realizam uma intersecção importante nas políticas com recorte de gênero e voltadas à projetos de Economia Solidária; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1995 e fortalecido pelos governos Lula e Dilma, é um exemplo de como a incidência dos órgãos federais em determinadas áreas pode contribuir para uma melhor organização social. Santos, Almeida e Araújo (2021) apresentam exemplos de iniciativas lideradas por mulheres camponesas, que buscam promover a produção sustentável de alimentos e a justiça de gênero dentro das comunidades rurais. A agroecologia é apresentada como uma alternativa aos modelos convencionais de agricultura para a geração

³⁸ Melo e Thomé, 2018.

de empregos locais e promoção da segurança alimentar das comunidades rurais; a participação das mulheres é posta como essencial para o fortalecimento desse grupo nas comunidades rurais, o qual enfrenta desafios específicos como a discriminação de gênero e a falta de acesso a recursos.

No primeiro ano do segundo mandato de Dilma, a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) foi sancionada como resposta aos índices de violência do país - que se mantinham iguais ou se superavam a cada ano³⁹ -, tornando o assassinato de mulheres em razão de gênero um crime hediondo. Em consonância com essa política, foram inauguradas Casas da Mulher Brasileira - espaços de atendimento psicossocial, assistência jurídica e acolhimento para mulheres em situação de violência - em várias regiões do país, além da criação dos programas Mulher, Viver sem Violência e do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual.

Na EcoSol, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (PNES), cuja execução se daria de 2015 a 2019, havia sido proposto, e suas diretrizes destacavam, dentre outros aspectos, o fortalecimento do trabalho das mulheres dentro dos empreendimentos de Economia Solidária, além das iniciativas educacionais voltadas a esse grupo. À época, em consonância com as propostas, Alves (2014) em sua tese de doutorado em Educação optou por escrever sobre os saberes das mulheres veteranas na EcoSol; a autora apresentou reflexões sobre a importância do conhecimento e da experiência de mulheres mais velhas para o campo estudado, destacando como elas muitas vezes são responsáveis por manter e transmitir tradições e práticas de trabalho fundamentais para o sucesso de iniciativas de Economia Solidária. Esse Plano, assim como a SENAES, foi relegado à mesma descontinuidade da constituição do 4º Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) e da SPM, quando Dilma Rousseff sofreu o processo de *impeachment* e foi sucedida pelo vice-presidente Michel Temer no dia 31 de agosto de 2016.

2.3.2. 2016-2022⁴⁰: Desmonte orçamental e estagnação da articulação política

Em 2016, o considerado golpe de Estado pelas forças progressistas, interrompe um ciclo de conquistas resultantes do pacto democrático consolidado na Constituição de 1988 e na relação da sociedade civil com o Estado, sobretudo, nos últimos anos

³⁹ PRODERJ (2016).

⁴⁰ Devido ao período recente sobre o qual a produção é feita, muitas informações ainda estão sendo analisadas e publicadas, e esse é o principal motivo desse subcapítulo ser mais breve que o anterior. O motivo secundário se deve à falta de investimentos em ambas as pastas e a descentralização das pautas, o que levou, consequentemente, a um desencontro de informações, relatórios, e ações públicas voltadas às secretarias extintas.

quando o Estado, mesmo heterogêneo e contraditório, acolheu muitas das bandeiras de luta dos movimentos sociais, reconhecendo-as como direitos e transformando-as em políticas públicas (muitas dessas políticas executadas na ponta pelos próprios movimentos). No entanto, estas conquistas foram bruscamente interrompidas. (...) Com o governo de Michel Temer, presenciou-se um desmonte das políticas emancipatórias acompanhado pela criminalização dos movimentos sociais (FBES, 2016) que se afirma de forma ainda mais ofensiva no atual governo de Jair Bolsonaro. (Santos, 2019, p. 51)

No contexto de crise econômica e desmonte, a SPM é englobada no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, o qual é extinto no mesmo ano e cujas competências são transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania, em um contexto de reajuste fiscal e retração do orçamento liquidado. O descaso em relação à luta das mulheres se reflete também na composição de ministros do governo interino - 23 homens brancos se opondo à presença recorde de 14 mulheres no governo de Dilma. Durante o mandato de Michel Temer, as políticas públicas para as mulheres tiveram decréscimo de 61% em assistência, enquanto as políticas voltadas à autonomia feminina diminuíram 54% no orçamento (Oliveira, 2022).

Nessa realidade, ocorre a I Assembleia Nacional de Economia Popular Solidária no âmbito da 23ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), da qual surgem quatro diretrizes que orientam o processo de resistência e não reconhecimento do governo golpista. Santos (2019) relata que a questão de não diálogo acarretada pela deslegitimação do mandato presidencial não obteve consenso, pois o que foi colocado em jogo ao cessar o diálogo Estado-sociedade foram os recursos governamentais - advindo do Plano Plurianual (PPA) - capazes de garantir as resoluções da última Conferência Nacional. O que se destaca, nesse contexto, é que o papel do articulador político do movimento da EcoSol, o FBES, durante seus 13 anos de existência, nunca esteve em uma posição onde precisou exercer a função de opositor às políticas de Estado, porém esse era um prenúncio do início da guinada à direita que o país sofreria nesse período de seis anos de governo Temer e Bolsonaro.

Conforme argumenta Tokarski *et al.* (2023, p. 29):

A dificuldade de manter em pleno funcionamento as ações e políticas implementadas pela secretaria diz respeito também às rupturas políticas e simbólicas relacionadas a algumas pautas consideradas polêmicas e mais liberais por parlamentares ultraconservadores em relação à agenda das políticas para as mulheres. As pautas morais e controversas associadas às questões de gênero e sexualidade avançaram no debate público brasileiro ao longo dos últimos anos.

Tokarski *et al.* (2022) categorizam o período de 2015 a 2018 como um ciclo de “Estagnação da Política”, e a partir de 2019 como um efetivo “Desmonte das políticas para as mulheres no Brasil”. As autoras denunciam que no ano supracitado, por exemplo, o Ministério da Saúde publicou uma Cartilha voltada a profissionais da saúde sugerindo investigação criminal de mulheres que interromperam a gravidez, mesmo em hipóteses previstas pela lei; a pauta de gênero, no contexto de um governo de ultradireita⁴¹, foi utilizada para balizar argumentos morais patriarcais, de combate à “ideologia de gênero” e enfrentamento às pautas feministas. Em 2022, sete anos após a promulgação da Lei do Feminicídio, “o assassinato de mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou em razão do menosprezo ou discriminação à sua condição aumentaram no país.” (Nitahara, 2023).

Nesse contexto político de polarização extrema, após ser libertado de prisão política, Lula vence as eleições com a promessa⁴² de retornar o progresso que estava em prática no momento em que deixou o mandato. Criava-se uma atmosfera na qual a possibilidade de abertura ao enfoque subjetivo se fazia novamente, e os desejos e sonhos, colocados em segundo plano em nome da subsistência, eram pautados novamente. A RESF, nesse sentido, endereça em 14 de setembro de 2022 um carta⁴³ ao então candidato Lula, realizando propostas comprometidas com a luta de reconstrução e transformação do Brasil, dentre elas: a criação de um sistema público nacional de fomento à EcoSol, de um Marco Legal de EcoSol, o fomento à EcoSolFem e o apoio ao fundo e crédito das finanças solidárias.

A seguir, justifico o motivo da análise sobre a subjetividade das participantes dos empreendimentos solidários ter sido realizada sob a perspectiva metodológica da Teoria das Representações Sociais (TRS), um ramo da Psicologia Social.

⁴¹ O artigo de Ortega (2022) destaca mais elementos sobre esse cenário político.

⁴² Dentre as propostas do governo Lula 2023 (Lupion, 2023) estavam o combate à fome, a defesa do meio ambiente, a revogação do teto de gastos, a promoção da igualdade racial, dentre outras pautas caras à EcoSolFem .

⁴³ Até o dia 09 de novembro de 2023, o documento, ao qual tive acesso direto via mensagem de integrante da rede, não havia sido publicado nos sites oficiais da RESF.

3. EXPERIMENTAÇÕES COM RELAÇÃO À TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS)

A fim de obter-se uma compreensão acerca da Teoria das Representações Sociais, é necessário, primeiramente, introduzir a abordagem da Psicologia Social, a qual é uma disciplina que não caracteriza-se apenas por uma teoria, corrente, objeto ou método e, cujo enfoque, de acordo com Lane (2006, p. 8), é estudar o comportamento de indivíduos no que ele é influenciado socialmente. Essa influência está atrelada às condições históricas das interações sociais do ser humano, entendidas como a maneira que seus membros organizam-se em torno dos meios de produção, ou seja, pertencendo a uma classe social específica, a qual compartilha valores, atitudes, interesses e instituições que perpetuam essa sociedade. E conforme a autora:

A grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer o como o homem se insere nesse processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive. (Lane, 2006, p. 10)

Um instrumento essencial para o estudo da formação, expressão e compreensão das interações e contextos sociais é a linguagem (Marková, 2006), capaz de propiciar o trabalho cooperativo e planejado, além de ser crucial nas representações de identidade em diferentes contextos⁴⁴. Na Psicologia Social, a palavra “representação” remete, portanto, à elaboração de representações sociais. Moscovici (2013, p. 216) define que:

Representar significa a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presente as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e de uma integralidade argumentativa do grupo. É, portanto, muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que eles contêm, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar as tais coisas.

Portanto, tendo como fonte a importância da linguagem para a Psicologia Social, uma das bases metodológicas mais utilizadas nos estudos das representações é a análise de discurso, entendida por Spink (2004) como uma forma de entender o universo que envolve o sujeito e de se aproximar de sua realidade. Anteriormente a análise metodológica do trabalho, presente no segundo subtítulo deste capítulo, será abordada, portanto, a conceitualização da Teoria das Representações Sociais e sua importância para o entendimento da dinâmica da

⁴⁴ Goffman, 2014.

sociedade atual, moldada pela dinâmica do capitalismo, e para a construção de uma sociedade emancipatória, com foco na transformação social.

3.1. O que é TRS?

A Teoria das Representações Sociais é definida por Farr (1995) como a forma sociológica da Psicologia Social; em outras palavras, o autor, além de destacar a perspectiva social da abordagem, também observa como as representações sociais são compartilhadas, para além dos processos cognitivos individuais, enfatizando a natureza multidisciplinar da sociologia e da psicologia social, campos que interagem na formação dos conceitos dessa teoria. Jovchelovitch (1998) aponta em seus estudos que o conceito da TRS foi mencionado pela primeira vez por Moscovici (1961) no texto “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, o qual o constrói baseando-se nas representações coletivas de Durkheim⁴⁵, que consistem em conjuntos de crenças, valores e comportamentos compartilhados por uma sociedade e externos aos indivíduos, porém exercendo influência sobre os mesmos.

A teoria de Moscovici se diferencia sob o ponto de vista de que não se trata de uma influência estática e unilateral, mas sim, de uma relação onde os indivíduos elaboram e partilham da realidade do conjunto social. Conforme defende Marková (2006), acerca da importância de uma ciência preocupada com descontinuidades, desequilíbrios e relatividades, entende que uma ciência que parte do pressuposto de que a realidade é algo estático não satisfaz mais às demandas sociais.

Portanto, Moscovici foi importante para o desenvolvimento da teoria e por tomá-la como objeto da Psicologia Social, contribuindo para desconstruir a visão hierarquizante que o positivismo à época atribuía ao pensamento considerado científico em detrimento do pensamento social, caracterizado como um saber prático pelo qual os grupos humanos constituem a sociedade e com ela convivem.

Nos anos 1970, Jodelet fez contribuições significativas por meio do desenvolvimento de ideias que tiveram como enfoque a intersecção entre representações sociais, cultura e identidade social. De acordo com Jodelet (1984, pp. 361-362):

⁴⁵ Enquanto Durkheim permaneceu estático em sua teoria das representações coletivas, Moscovici desenvolveu a TRS a partir do questionamento sobre como seria possível o conhecimento científico transformar-se em conhecimento espontâneo e comum. (Marková, 2008)

O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais abrangentemente, ela designa uma forma de pensamento social. As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros.

A autora apresenta que as representações sociais são construídas e compartilhadas coletivamente, exercendo influência sobre aspectos culturais, históricos e sociais, desempenhando, portanto, papel essencial na interação com o mundo, e afetando a maneira como diferentes grupos o percebem. Por isso a importância de analisar não apenas o individual, mas a RESF como uma rede, mais além, uma rede composta de redes, com indivíduos que buscam um modo de produção e viver diferenciado do tradicional.

Moscovici foi um crítico do pensamento social dominante, argumentando que esse é baseado em uma visão simplista e reducionista da realidade social, que acaba sendo utilizado para justificar desigualdades e injustiças. O autor propõe, portanto, que seja estabelecida uma nova abordagem para o pensamento social, que reconheça a complexidade e diversidade da sociedade, e que esteja atento às formas de resistência e contestação da dominação vigente, incentivando a criatividade na busca de soluções para problemas sociais e econômicos. Ao meu ver, esse pensamento conjuga com a perspectiva da Economia Solidária e Feminista, na medida em que serve como instrumento de justiça social e de reflexão sobre tensionamentos entre a cultura dominante e os grupos sociais minoritários.

Nos estudos de teóricos que em parte se utilizam dos preceitos marxistas⁴⁶, por exemplo, as representações sociais são compreendidas como formas de conhecimento socialmente construídas que refletem as relações de classe e a estrutura de poder na sociedade capitalista. Essas representações, referenciadas de forma crítica por Engels e Marx (2007) são moldadas pela ideologia, a qual serve aos interesses da classe dominante e perpetua as desigualdades sociais. Uma característica importante sobre a visão marxista das representações é a ênfase na dimensão coletiva e na construção social do conhecimento. Elas são entendidas como produtos das interações sociais e práticas discursivas que ocorrem nas instituições e grupos.

⁴⁶ Harvey (1985); Guareschi (2000); Mészáros (2004); Bordieu (2022).

Nesse sentido, as representações sociais são vistas como formas compartilhadas e reproduzidas de consciência coletiva. Apesar de serem consideradas como parte do processo ideológico de dominação, as correntes marxistas admitem a possibilidade de transformação dessas representações por meio da emergência de formas alternativas de consciência, que surgem a partir da luta de classes e da desmistificação das representações dominantes.

É possível apreender-se que a TRS no Brasil é relacionada ao uso conjugado de pressupostos marxistas, como o materialismo histórico dialético, com os preceitos da Psicologia Social, demonstrando maior afinidade com essa corrente do que com o experimentalismo norte-americano que marcou o início da disciplina nos anos 1960:

Essa psicologia social se constrói no Brasil, no final dos anos setenta e produz uma literatura sobre o assunto a partir dos anos oitenta, utilizando alguns referenciais da psicanálise, do materialismo histórico e de concepções sobre as representações sociais, as comunidades, as instituições e culturas. (Sodré, 2004, p. 3)

Em relação às questões de gênero, Arruda (2011) analisa o contexto histórico de transição paradigmática em que emergiram a TRS e a teoria feminista, o qual foi responsável pela afinidade conceitual entre as duas, já que ambas se dedicam a revelar aspectos subvalorizados pela ciência e trabalhando com objetos e temas de formas não obrigatoriamente em conformidade com os métodos científicos, mas em estreita sintonia com as realidades concretas.

Os instrumentos de pesquisa serão descritos no item a seguir.

3.2. Aspectos Metodológicos: aliando a TRS à Pesquisa Participante

Pontua Gomes (2016, p. 72) que “[o fato de] a análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não terem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar.” Ainda em consonância com as observações do autor, é importante pontuar que o estudo não tem como objetivo reproduzir todos os trechos em que as categorias-chave são mencionados, mas sim, os que agregam sentido à temática estipulada.

Por vezes, há, nos textos, repetição de ideias, conjugação de duas ou mais categorias, e resalto a naturalidade desse processo, já que tratam-se, mais do que de categorias de análise, de conceitos que compõem o cotidiano das mulheres inseridas nos empreendimentos de Economia Solidária e Feminista. Há também espaço para divergências teóricas e de opiniões

nos relatos presentes nos textos, pois o trabalho foi tecido sob a perspectiva de que na pesquisa social, não existe ciência exata, já que é necessário atentar-se para as contradições de praticar a Economia Feminista e Solidária em um modelo societário capitalista e patriarcal, além de diferentes contextos socioculturais, evitar generalizações, refletir sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo e reconhecer que o conhecimento científico ou acadêmico não é o único com o qual se está lidando quando é realizada a pesquisa acerca de relatos ou a inserção no campo.

A metodologia da pesquisa de campo consiste em utilizar o escopo de técnicas fornecidas pela pesquisa participante, a qual é caracterizada como uma investigação da realidade social com participação ativa do pesquisador e sua interação com o sujeito de pesquisa. Brandão (1981) define a pesquisa participante como uma abordagem crítica e transformadora, pois busca compreender a realidade social a partir da perspectiva dos participantes e promover mudanças sociais a partir de sua intervenção no contexto.

A pesquisa foi separada em várias etapas de execução, que por vezes se misturaram no sentido temporal, mas foram destrinchadas em nome de manter algum rigor metodológico e ser possível visualizar os passos tomados ao longo do processo de pesquisa, foram eles:

(1) a análise documental por meio de sistematizações de plenárias da RESF, leitura de atas de reunião, boletins, informativos, folders e cartilhas, com o intuito de obter mais informações sobre a rede em si e utilizá-las ao longo da escrita do projeto;

(2) a observação participante - que consistiu em envolver-se pessoalmente e interagir com @s sujeit@s de pesquisa, compartilhando suas experiências, perspectivas e valores, permitindo captar detalhes que poderiam passar despercebidos em abordagens mais distanciadas - essa foi realizada por meio de participação nas reuniões, plenárias e dinâmicas da RESF, impressões das quais foram registradas em diário de campo para auxiliar nas reflexões sobre a pesquisa;

(3) pesquisa bibliográfica acerca das categorias de análise utilizadas na construção do referencial teórico, revisão de literatura, problematizações advindas da temática estudada e montagem da revisão integrativa;

(4) a realização de uma revisão integrativa, ou seja, uma revisão de literatura com o objetivo de reunir e sintetizar evidências advindas de estudos de diferentes métodos de pesquisa, buscando integrar esses resultados e obter uma compreensão mais abrangente sobre o acúmulo acadêmico do tema Representações Sociais na Economia Solidária e Feminista, sobre o processo de sua produção dissertarei mais detalhadamente no próximo tópico;

(5) a formação de um grupo focal, cujos resultados constam no quarto capítulo - no qual fui responsável por conduzir uma discussão estruturada⁴⁷ sobre os tópicos que se destacaram na revisão integrativa, estimulando e explorando a participação e opiniões das componentes, com o objetivo de captar suas percepções, pontos em comum e divergências - que foi composto por 5 pessoas pertencentes aos empreendimentos da RESF via Google Meet, contendo uma representante de cada região do país, para que fosse respeitada a diversidade regional, e suas respectivas suplentes (também cinco, para o caso de ausência das nomeadas), todas escolhidas de acordo com critérios definidos pelas mulheres da rede, a fim de fomentar os princípios da autogestão; e por fim,

(6) a constituição de um mapa mental cognitivo, ou seja, uma representação gráfica com a finalidade de sistematizar os conceitos apreendidos no grupo focal e na revisão sistemática de acordo com o processo individual de construção do conhecimento.

3.3. Revisão Integrativa e Grupo Focal: traçando o fio condutor entre os instrumentos de pesquisa

3.3.1. Da Revisão Integrativa

Souza *et al.* (2010) definem que “A revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”. O processo da revisão integrativa, portanto, consistiu em identificar categorias-chave e a maneira como se relacionavam nos debates advindos da Economia Solidária e Feminista, que obtivessem algum grau de concordância com as discussões produzidas no âmbito da Teoria das Representações Sociais. Para isso, primeiramente, foi traçada uma pergunta orientadora, referente a “Quais categorias estão mais presentes na elaboração das representações sociais das mulheres inseridas em empreendimentos de EcoSolFem?”.

Posteriormente, estabeleceu-se o objetivo de buscar amostragem na literatura. Os critérios de seleção temporais foram artigos produzidos durante os anos de 2018 a 2022 e publicados nas plataformas Google Scholar e Revista Otra Economía (Classificação A3 Qualis/CAPES); nesses artigos precisavam constar as palavras “Economia Solidária”, “Feminista” ou “mulheres” no título ou resumo. A escolha de colocar duas palavras-chave com relação à segunda pesquisa se deu, pois, apesar de alguns empreendimentos mencionados

⁴⁷ O roteiro de perguntas utilizado encontra-se no Apêndice.

compuserem a RESF, os termos utilizados pelos pesquisadores para referirem-se a eles priorizou o enfoque às mulheres, e não ao movimento feminista em si.

A busca dessas palavras na barra de pesquisa das duas plataformas retornou o total de 15 textos, sendo 12 na Google Scholar e três na Otra Economía, os quais foram lidos e foram pontuadas dez categorias-chave - algumas agrupadas em mais de uma palavra - que apareciam em sua maioria, a ver: **(a) trabalho/divisão sexual do/(re)produção; (b) autonomia/emancipação; (c) autogestão; (d) qualificação/capacitação/educação; (e) cidadania; (f) movimento social; (7) agricultura familiar/sustentabilidade/agroecologia; (8) cuidado/dupla jornada; (9) empoderamento; e, por fim (10) comunidade.**

Os textos nos quais as categorias não apareciam por mais de seis vezes foram eliminados para a segunda etapa da pesquisa, assim como o texto cuja página estava fora do ar e o texto que não mencionou Economia Solidária no resumo. Em seguida, na fase de coleta de dados, foi confeccionada a tabela que contabiliza quantas categorias-chave apareceram nos artigos e serão grifadas quando mencionadas pela primeira vez durante o desenvolvimento desse subtítulo:

Tabela 1. Revisão Integrativa

NÚMERO	AUTOR	STATUS
1	Soares (2019)	Eliminada; sem acesso.
2	Capdevila (2020)	9/10
3	Adelino (2021)	10/10
4	Vasconcellos (2022)	Eliminada
5	Elias (2019)	9/10
6	Assaritti e Jesus (2020)	10/10
7	Araújo <i>et al.</i> (2018)	10/10
8	Silva e Freitas (2022)	6/10 - Eliminada
9	Almeida (2021)	10/10
10	Hillenkamp (2019)	7/10

NÚMERO	AUTOR	STATUS
11	Coutor e Rubim (2021)	7/10
12	Rodrigues (2021)	6/10 - Eliminada
13	Molina <i>et al.</i> (2020)	6/10 - Eliminada
14	Costa e Moreira (2019)	6/10 - Eliminada
15	Anjos <i>et al.</i> (2019)	7/10

Fonte: autoria própria, 2023.

Posteriormente à identificação e contagem das palavras-chave, iniciou-se portanto o esforço de conceitualização, etapa na qual foi realizada uma leitura crítica e comparativa dos nove artigos restantes em sua integridade, e elaborado ensaio científico conjugando os significados das categorias com trechos dos artigos que versam a respeito, o qual serviu para a produção de pressupostos que subsidiaram a feitura do roteiro das entrevistas em grupo com as mulheres da RESF.

Friso a importância da revisão para compreender com melhor amplitude o universo d@s sujeit@s de pesquisa. Mesmo que os empreendimentos variem a cada artigo, as experiências ali retratadas são similares pois refletem o cotidiano das mulheres inseridas na Economia Solidária e Feminista, o que se comprova quando os trechos da revisão consonam com o que foi assimilado na entrevista em grupo realizada e unida à análise posteriormente:

3.3.2. Sobre o grupo focal

Machado (2010) considera a entrevista guiada como um instrumento interrogativo indispensável aos estudos sobre as representações sociais. A escolha das participantes do grupo focal não foi realizada por mim; o contato deu-se de maneira direta com o número indicado como da rede da região no site da RESF e, a partir desse momento, ao obter o retorno, foi solicitada a indicação de uma participante e um@ suplente, assim sucedeu-se relativamente às cinco regiões do país.

No dia marcado para a entrevista, a composição que se formou compreendeu uma diversidade considerável nos aspectos que poderiam impactar na realização da pesquisa, como raça, idade, formação e filhos - se tinha, quantos e qual idade, além do tempo de participação

da Rede de Economia Solidária e Feminista e do histórico de afinidade com lutas políticas condizentes com os valores da EcoSolFem⁴⁸. A formação do grupo focal contou, portanto, com três mulheres pretas e pardas e duas mulheres brancas; a idade das entrevistadas variou entre 37 e 76 anos; duas tiveram ou adotaram uma filha, enquanto duas tiveram dois ou mais filhos e uma não havia sido mãe; quanto ao grau de escolaridade, uma participante possuía diploma de pós graduação, uma havia completado o ensino superior, duas o ensino médio e uma o ensino fundamental.

O tempo de ingresso na RESF varia de 13 anos (3 participantes), ou seja, desde sua fundação, uma entrada no ano de 2016, caracterizada pelo início dos desmontes, e um ingresso há dois anos, marcado pela pandemia de COVID-19. Os dados aqui apresentados são sintetizados na tabela a seguir para melhor visualização:

Tabela 2. Itens 1 e 2 do Roteiro de Entrevistas

Região	Idade	Raça	Filhos	Formação	Entrada na RESF
Norte	54 anos	Preta	1	Ensino médio completo	2010
Sudeste	53 anos	Branca	1	Pós graduação completa	2016
Centro Oeste	37 anos	Preta	3	Ensino fundamental completo	2021
Sul	37 anos	Branca	-	Ensino superior completo	2010
Nordeste	76 anos	Parda	2	Ensino médio completo	2010

Fonte: autoria própria (2023).

Quanto às questões finais do Item 2 do Roteiro de Entrevistas, sobre o engajamento político e a identificação com os valores da EcoSolFem, elas foram realizadas com o intuito de introduzir a entrevista às auto percepções dessas mulheres, ou seja, de como suas representações individuais impactaram e impactam no trabalho coletivo dentro dos empreendimentos. Quatro participantes relataram que nunca tiveram histórico de militância ou afinidade com um partido específico, e sempre teceram suas impressões sobre política e as causas nas quais acreditavam para si mesmas, mas evitavam explaná-las publicamente, para suas famílias ou em locais de convívio; essa consciência se alterou após ingressarem na

⁴⁸ Elementos representados pelos Itens 1 e 2 do Roteiro de Entrevistas (Apêndice).

dinâmica de assembleias, conferências e reuniões comuns à organização em redes de economia solidária e grupos feministas, sobre essa subjetividade política e identificação, Rosa (Teixeira, 2023), a entrevistada da região Norte, componente da Rede Arte na Praça, expressa:

Eu particularmente [passei a me identificar com os valores da EcoSolFem] quando eu comecei a participar nos fóruns, porque antes eu não participava de nada, juntava o povo e dispersava. Quando a gente começa a compreender que a política tá o dia todo na nossa vida o tempo inteiro, a gente começa a querer participar de reuniões, assembleias, coletivos, a gente começa a compreender e ter clareza. Então, pra mim [valores e luta política] é uma coisa só.

Um conceito-chave utilizado para a análise dos textos na revisão integrativa foi o cunhado por Fraser (1990, p. 67 *apud* Hillenkamp, 2019) acerca dos *contrapúblicos subalternos*: “arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contra-discursos, o que, por sua vez, permite que interpretações de oposição sejam formuladas sobre suas identidades, interesses e necessidades”. Ao apreender o conceito de contrapúblicos subalternos, que se relaciona com o discurso apresentado nas respostas desses itens, é necessário também relacioná-la a conceituação do termo *subjetividade*; Araújo (2002) compreende a subjetividade como a maneira sob a qual se organizam as representações, as experiências do cotidiano e os universos de sensações, por isso, ela se torna tão relevante quando o que está em análise é um novo modo de produção.

Fraser (2013) relaciona o conceito de subjetividade às questões de identidade, ou seja, como os sujeitos se percebem perante a questões de justiça social, gênero, raça, classe, entre outros; essa identidade é singular e coletiva e é múltipla, ou seja, um indivíduo ou um grupo contém identidades que não podem ser reduzidas apenas à categoria mulher/homem, *negr@/branc@*, *burguesia/proletariado*, por exemplo, e a autora aponta que essa subjetividade possui papel fundamental na construção de movimentos de luta social, podendo ser utilizadas de forma tanto problemática - quando cooptados pelo interesse capitalista, por exemplo - quanto emancipatória, influenciando ações políticas em busca de mudanças sociais.

O conceito se torna essencial por seu potencial apontado por Hillenkamp (2019) de construção de sujeitos políticos que têm a exclusão como uma experiência que lhe possibilita uma compreensão singular e a invenção de um futuro autônomo com capacidade transformadora e de resistência à lógica colonialista e capitalista (Deleuze e Guattari, 1980; Habermas, 1996 *apud* Hillenkamp, 2019). A noção de contrapúblicos provém das lutas sociais, porém, conforme complementa Eme (2006 *apud* Hillenkamp, 2019), também se compõe a partir da reciprocidade construída nos espaços de ação, o que pode ser relacionado

com a vida política sendo posta em prática via participação em fóruns e plenárias que Rosa (Teixeira, 2023) descreve:

Eu particularmente quando se falava em política, eu sempre falava que eram três coisas que não se discutia: política, futebol e religião, porque sempre acaba em discussão (risos). Então eu particularmente não discutia nenhuma dessas três. Mas quando eu comecei a participar da ES, das formações, das discussões, em 2013 mais ou menos, nós começamos a participar dos fóruns municipais e estaduais, e eu acho bonito aquela coisa de ter postura política, acho bonita essa palavra, mas a gente começa a ter um pouco de conhecimento, e eu nunca vou pela política partidária, eu vou pela política social. Eu vou pelo partido que entre aspas vai nos favorecer enquanto sociedade, que vai pelo bem viver, mas no momento que eu ver que aquela pessoa, o pensamento é totalmente contrário ao meu, o que eu acho, o movimento, eu prefiro não compactuar. [...] É como diz a Gercina, que vocês conhecem “tudo isso é uma discussão, você tem que aprender a se juntar, discutir, observar, tudo isso é conjuntura”. Mas politicamente eu aprendi a observar melhor quando eu entrei pra RESF mesmo.

bell hooks (2021, p. 25) afirma que “Ao tornar político o que é pessoal, muitos indivíduos experimentaram transformações de pensamento significativas que levaram a grandes mudanças de vida”. O subcapítulo a seguir é uma tentativa de sumarizar a entrevista realizada com o grupo de componentes da RESF sobre os efeitos da sua participação no movimento da EcoSolFem. Para tal, são trazidos os conceitos-chave apreendidos na revisão integrativa juntamente com as representações sociais produzidas pelas participantes a respeito das perguntas formuladas contendo-os:

3.3.3. Enunciações: aliando a produção do discurso às categorias de análise da revisão integrativa

Acreditávamos (e ainda acreditamos) que a mais importante medida de sucesso do movimento feminista seria ver até que ponto o pensamento e a prática feministas, que estavam transformando a nossa consciência e nossa vida, teriam o mesmo impacto nas pessoas comuns. (hooks, 2021, p. 22)

A frase supracitada foi elaborada por hooks (2021) em um relato sobre o início da adoção das teorias feministas nas universidades, e de maneira elas poderiam ser replicadas e absorvidas pelas camadas populares. De certa forma, essa é a pergunta que orienta essa pesquisa. Mendes e Pessôa (2009 apud Araújo et al., 2018) afirmam que “o referencial teórico permite elaborar representações do mundo real” - que são incorporadas a um conjunto de ideias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto unem-se, de acordo com Araújo et al. (2018); para essas autoras, “a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações”. Adoto essa perspectiva para produzir inferências a partir desses artigos que sirvam de referência na formulação das

perguntas na etapa do grupo focal, ou seja, “perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos fornecerão a grade ou a perspectiva de observação e compreensão”, conforme versa Minayo (2016).

Nesse sentido, a sistematização dos textos permitiu observar quais categorias estão mais presentes na elaboração das representações sociais das mulheres inseridas nos empreendimentos de EcoSolFem.

Antunes (2009 *apud* Almeida, 2021) afirma que nas últimas décadas, as formas de materialidade e também de subjetividade contemporâneas vivem transformações sociais aprofundadas. A mulher simboliza muitas dessas transformações, já que nas últimas décadas, a crítica sobre a desvalorização do papel feminino no **trabalho** e no ambiente doméstico tem sido tecida, principalmente pelos movimentos sociais, e avanços têm se dado, mesmo que de maneira morosa e precária com relação às políticas públicas e passível de retrocessos relativos aos direitos sociais, os quais estão constantemente em disputa.

Nesse sentido:

(...) entender a representação social da mulher possibilitará que se avalie como esta inserção no mercado vem se processando, tanto em relação ao trabalho assalariado ou empreendedor no meio rural ou urbano. As representações coletivas trarão à tona como o grupo se avalia nas relações com objetos que o afetam, ou seja, quais fatores ou aspectos traduzem suas expectativas e valores sociais dentro do setor no qual estão inseridos. (Araújo *et al.*, 2018)

Na EcoSol, a racionalidade produtiva não está imbricada na mercantilização do trabalho de um grupo, e sim nas relações sociais de seus membros (Costa, 2011 *apud* Assaretti e Jesus, 2020), por tal razão, o trabalho, e os meios de produção já centralizados na vida humana recebem um enfoque comunitário e coletivizado, e é por esse motivo que:

Pensar a subjetividade nos contextos da economia solidária, é pensar uma subjetividade atuante, que constrói ativamente o processo. Tanto do ponto de vista da gestão econômica, como da resolução dos conflitos que podem surgir no interior dos grupos (Ramm *et. al.*, 2014)

Por essa razão, o Item 3 do Roteiro de Entrevistas versa sobre o cotidiano no empreendimento, de maneira introdutória, com a intenção de incitar o diálogo sobre a forma como as componentes do empreendimento e da rede compartilham saberes, interagem e superam os desafios impostos, dentre eles, os relacionados à esfera dos cuidados, os quais serão abordados nos itens posteriores. A maioria das participantes (3) produzem no ramo do artesanato, enquanto uma produz no ramo da moda e confecção e a restante está inserida em uma cooperativa de consumo - ou seja, que estabelece a relação de intermediação entre os

produtos da economia solidária e os consumidores finais. Tanara (Lucas, 2023), participante da Rede GiraSol, inclusive adereça essa pauta quando comenta a respeito dos arranjos produtivos da rede:

Então acho que ainda tem muitas dificuldades, muitos desafios, acho que a economia solidária tem que ser mais falada, é... porque ainda hoje se tem uma ideia de que economia solidária é só o guardanapo pintado, é o sabonete.. que é também e pode ser e ótimo, não tem problema, mas não é só isso. O armazém da nossa cooperativa é um armazém bonito, é um armazém grande, numa capital, e é economia solidária. Temos lá no Rio Grande do Norte, um lugar grande, com muita gente trabalhando, à frente da comercialização e à frente da agroecologia, e é economia solidária. Em cada estado, em cada rede tu vai ver lugares, tanto de produção quando de comercialização, uns menores, uns maiores, e é tudo economia solidária. E a gente tem que parar de pensar que economia solidária tem que ser pobre, tem que ser feinho, tem que ser pouquinho, tem que ser... se não não é economia solidária. E eu acho que quanto mais a gente falar isso e fazer as pessoas entenderem isso, mais a gente fortalece a economia solidária como movimento social, mais fortalece economicamente esses empreendimentos, e a gente consegue mudar essa lógica economia. É possível sim, já está mudando, tanto que tem famílias que se sustentam na lógica da economia solidária, então é possível, já está sendo possível. Só que quanto mais a gente falar e fizer as pessoas entender como funciona, melhor vai ser pra economia solidária e pros empreendimentos.

A vivência do artesanato entre grupos de mulheres é comum, porém não é a única, o mapeamento de segmentos produtivos da RESF indica a presença diversa, além de grupos de serviços e de confecção, conforme já pontuado, de alimentação, comunicação e produção cultural, reciclagem e agricultura ecológica e familiar. Ainda é possível pensar de maneira crítica que, devido à exclusão histórica das mulheres no que diz respeito à qualificação profissional, elas sejam relegadas à costura, à roça e à cozinha, ofícios domésticos cujo sistema patriarcal atribui ao gênero feminino. Esse é um debate tecido no campo da EcoSolFem que a participante (Lucas, 2023) expressa em seu relato. Ademais, a segregação não se dá apenas no que tange o segmento produtivo, mas também elementos relacionados ao ingresso no mercado de trabalho formal por essas mulheres, conforme pontua Wanise (Las Casas, 2023), participante da Rede Maricá sobre sua experiência pessoal:

[...] quando eu perdi meu emprego, e não conseguia de jeito nenhum uma nova recolocação, nem pra ganhar menos do que eu ganhava, falavam “você é muito qualificada pra esse tipo de tarefa” “mas eu aceito, tô precisando trabalhar”, mas as empresas não queriam. Passei vários meses fazendo entrevistas, mandando currículos, até que eu falei “chega, eu vou me organizar” e aí eu fui vendo essas políticas que existiam, conheci a economia solidária e foi essa virada de chave. Hoje eu me sinto mais feliz do que se eu tivesse em uma corporação, com tudo que eu conquistei... Não tô falando de dinheiro, porque eu vivo sempre apertada (risos) mas eu falo de experiência, tô falando de satisfação pessoal, e que eu não troco por nada. Foi aí que eu vi o quanto é importante e que eu não quero perder isso.

De acordo com Capdevila (2020, p. 3), o reconhecimento da mulher na esfera da produção, seja por meio do próprio cotidiano do trabalho, quanto por atividades que propiciem a socialização de experiências, são etapas que permitem a superação de barreiras culturais históricas do patriarcado e do machismo, ou seja, as propicia a construção de representações com potencial de transformação social. “A gente começa a ser visto né, a gente começa a ser respeitado”, é o que comenta Las Casas (2023) quando questionada sobre o que muda na perspectiva de trabalho em um empreendimento de Economia Solidária e Feminista.

A visão da EcoSol como geradora de emprego favorece que muitas mulheres reconheçam-se como sujeitas ativas, isto é, possam se reconhecer como agentes produtivas, o que não é propiciado na sociedade organizada pelo trabalho formal assalariado, na qual, quem não ocupa um local privilegiado se encontra às margens da socialização e reconhecimento social (Elias, 2019).

Esse reconhecimento, social e individual, está atrelado ao conceito de **emancipação** trazido nos artigos. Almeida (2021) atribui a emancipação feminina ao movimento de luta feminista pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e o reconhecimento de seus direitos. Enquanto para Cattani (2003, p. 130 *apud* Almeida, 2021) emancipação é “livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania”, ou seja, o conceito se relaciona à esfera dos direitos políticos, para Adelino (2021), o enfoque recai sobre os direitos sociais, colocando a autonomia financeira como um grande desafio para as mulheres que se encontram em empreendimentos relacionados ao artesanato, por exemplo. Ela argumenta que a produção, para maioria dessas sujeitas, é considerada uma fonte de renda adicional aos benefícios⁴⁹ que recebem, como a aposentadoria, pensão e Bolsa Família; porém, mesmo sendo definida como uma complementação, é tida pelas mulheres como significativa na busca pela autonomia nas finanças.

Ambos os conceitos de emancipação podem ser percebidos nos relatos das entrevistadas. A fala de Rosa (Teixeira, 2023) coaduna com uma representação produzida acerca de um livramento do poder alheio, atribuído a papéis familiares desempenhados pelos maridos e limitações impostas pela maternidade:

Essa questão da emancipação das mulheres é algo que eu vejo muito. Porque assim.. senhoras, né, que convivem com a gente no grupo, que era de casa pra igreja, da igreja pra casa, e o marido reclamando. Quando começou a participar das nossas

⁴⁹ “Las mujeres eran dependientes de sus maridos y ahora algunas han pasado a ser dependientes del Estado y del gran capital.” (Barreno, 2019 *apud* Coutor e Rubim, 2021)

reuniões... até na reunião passada, na formação que teve o curso, eu perguntei pra uma delas “cadê fulano?”, ela disse “está em casa”, eu digo “ah, mas ela tá chique [risos], anos atrás você não ia me responder assim”. Eu digo “mulher, não vai gritar, mas aumenta tua voz aí!”. Ela sempre foi guerreira, uma mulher que trabalhou, mas era uma pessoa que ficava submissa. E hoje em dia mesmo, tem umas três que falam que participar das feiras, e ao conviver com a gente, se tornaram pessoas mais leves, mais maleáveis de conviver com as outras pessoas, tem até mais vontade de sair, de passear, sem aquela submissão do marido, a questão de filhos, tudo aquilo. Elas nunca vão deixar de ser mães e quem tem marido de ser esposa, mas temos primeiramente a nós. Se você não se amar, se você não gostar de você, como você vai gostar do próximo? Como você vai deixar... ter uma atitude para que alguém te respeite, se você não se respeita?

Já o conceito de Adelino e a realidade da complementação de renda é descrita no Item 4 do Roteiro de Entrevistas, quando foi questionado as participantes se eram responsáveis pelo sustento da família. Maria (Silva, 2023), participante da Associação de Mulheres Produtivas de Olinda, descreve que:

A maioria complementa renda. Eu observo nesse percurso todinho que a vontade delas era ter sobra de dinheiro para fazer coisas que gostam. Hoje em dia são senhoras aposentadas, o que elas queriam mais era sair de casa para vender seu trabalho, ajudar o filho na escola. Ninguém estava nesse percurso, viver de artesanato hoje em dia é muito difícil. Elas não tinham esse senso de coletividade [...] É difícil até hoje, mas começamos a nos articular. Entrar em construções, pensar o que queríamos, pra onde íamos e o que fazer. A gente dependia da prefeitura, mas tinha que ter outras oportunidades, fizemos isso formando um grupo de fato, onde todas colaboram. De que maneira? Precisa de passagem, precisa fazer um lanche, pagar a barraca se for paga. Pra que a gente construa isso a gente gera uma cota, como era muitas mulheres, já tivemos até 58, dois reais rendiam. E dividíamos tarefas. E assim foi indo, foi indo. A RESF me deu muitas oportunidades de sair da minha cidade, conhecer a feira da Economia Solidária (FEICOOP), participar de feiras... Dificuldades tivemos, mas fomos superando gradativamente. Os grupos foram crescendo, a proporção mudando e todas as mulheres foram se descobrindo.

O conceito de **empoderamento**, nos artigos, pode ser relacionado ao de emancipação, já que versa sobre a tomada de consciência de seu papel social:

“(...) as atividades que são desenvolvidas fazem sentido para a vida delas e isso permite que o trabalho realizado ultrapasse as barreiras do profissional, o que faz com que essas mulheres tenham a sensação de “ser alguém na vida”, de sentir-se parte integrante do todo, de pertencimento e orgulho ao empreendimento que fazem parte. Nesse caso específico de se reconhecer como mulher e o seu papel na sociedade.” (Adelino, 2021, p. 37)

Em certas regiões, como a do Território do Sisal, na Bahia, a **agricultura familiar** é considerada a principal atividade econômica, e a população rural se encontra voltada para a agricultura de subsistência. A baixa escolaridade é apontada juntamente com a infraestrutura precária em um ambiente árido como um dos condicionantes da baixa remuneração do trabalho agrícola da região, e as mulheres são percebidas no espaço de produção, não como trabalhadoras, mas como uma mão-de-obra auxiliar à masculina, como a do pai, ou do

marido. Por esse motivo, projetos que priorizem a autonomia econômica feminina, além de fortalecerem o associativismo e a Economia Solidária da região, contribuem para a emancipação dessas mulheres, já que esses princípios funcionam como uma crítica à forma como a economia capitalista se apropria da desigualdade de remuneração frente ao sexo (Culti, 2004). Quando perguntada sobre qual a influência da inserção na RESF para suas representações⁵⁰, Lucas (2023) realizou uma conexão entre a agroecologia e os princípios com os quais se identificava antes de ingressar na rede:

Então acho que a forma como eu vejo, eu me sinto uma privilegiada em trabalhar em um lugar como a GiraSol porque eu consigo levar pro meu espaço de trabalho conceitos e princípios que eu tenho na minha vida, porque pode acontecer de uma pessoa trabalhar em um ambiente conservador e não conseguir levar esses princípios que ela tem, que acabe tendo que defender relações mais justas de trabalho, mas trabalhe num lugar em que isso não exista, que esteja entre explorar alguém ou ser explorado por alguém. Então eu acho que eu consegui me manter e me sustentar em um espaço que defende as mesmas coisas que eu na minha vida pessoal defendo, e acho que isso é um privilégio mesmo. Quando eu entrei na GiraSol eu acho que uma das pautas que mais me encantou e que não fazia parte das minhas defesas - digamos assim - é a pauta da agroecologia, porque ela abarca muita coisa pra além do alimento. Quando se fala por exemplo num alimento agroecológico, se fala num alimento que não tem veneno, não polui solo, não polui água, não polui ar, mas também se fala de um alimento que ele é bom pras pessoas que o produzem, não tem exploração do trabalho, não tem violência doméstica, não tem violência com pessoas negras, jovens, LGBT, então ele é ambientalmente e socialmente justo. Por ele ser agroecológico, ele tem que conter tudo. Então quando eu passei a trabalhar com a alimentação, já trazia essas causas, mas a agroecologia me deu muita alegria de conhecer mais e pegar essa bandeira que traz pautas além das ambientais, sociais. Aquele alimento além de não ter veneno, tem que ser justo pra quem tá produzindo. Desde o cultivo até a pessoa que tá consumindo. Na produção da economia solidária, com a família agricultora que não usa veneno, não é explorada e vende para uma cooperativa que paga o preço justo para revender, e a pessoa que o consome também tem benefícios. Então a segurança alimentar, a proteção de todos os grupos sociais, fortaleceu essa visão do mundo, e me fez querer cada vez mais mudar essa noção de mundo em que vivemos.

O conceito de consciência e transcendência de Pedroza (2020, p. 198 *apud* Almeida, 2021) também se relaciona com o de emancipação, pois faz referência a escolher livremente sua existência como ser humano, oposta a ideia de que a mulher seria como serva da força de trabalho masculina, como afirma Federici (2004 *apud* Almeida, 2021) sobre a maneira com a qual se deu o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Quando pontuado por Capdevila (2020, p. 3) que:

Algumas das atividades, tais como oficinas, intercâmbios entre comunidades, municípios e territórios, assessorias e apoios institucionais são direcionados para que exista uma aliança entre o exercício para o crescimento da produção agroecológica e uma reflexão que leve a uma conscientização sobre a situação da mulher rural.

⁵⁰ Item 6, pergunta 2.

O exposto, ao contrário do que possa parecer, acerca do desenvolvimento da produção entrar em contraste com o desenvolvimento humano da mulher rural, na realidade é posto por Carvalho (2011) como uma consonância com as condições atuais da lógica de dominação econômica e ideológica, ou seja, dentro das condições atuais do modo de produção, é possível aliar uma produção funcional ao modelo de acumulação, porém exercê-lo por meio de uma retórica humanista, com valores anticapitalistas, como é o caso da Economia Solidária.

A **autogestão**, caracterizada por Elias (2019) como uma das principais contribuições orientadoras da Economia Solidária, faz oposição a esse pensamento voltado para a acumulação, pois:

Não é uma economia voltada somente para a parte capital, mas também para as pessoas que fazem parte dela, pensando numa satisfação e bem-estar de todos e isso engloba princípios não discriminatórios, valorizando a diversidade cultural e os saberes populares, bem como de uma preservação e manutenção de um equilíbrio dos ecossistemas. (Elias, 2019, p. 10)

Conforme afirma hooks (2021, p. 24) “devemos ressaltar todas as recompensas positivas e transformadoras resultantes de esforços coletivos para mudar nossa sociedade, sobretudo a **educação**, para que esta não seja mais espaço para afirmação de nenhuma forma de dominação”. Por isso a importância da EcoSolFem contar com o princípio pedagógico da autogestão, já que há essa possibilidade de realizar outra valoração das relações de trabalho, as quais implicam uma mudança cultural relativa à capacidade subjetiva dos trabalhadores associados, conforme argumenta (Coraggio, 2009, p. 124 *apud* Anjos et al., 2019), em consonância com Singer (2002, p. 19 *apud* Assaretti e Jesus, 2020), que afirma que “A economia solidária é um ato pedagógico em si mesmo. na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a economia solidária é praticando-a.”.

Torres (2023), integrante da Rede Tamboril, relata que os aprendizados da EcoSolFem à voltaram para o pensamento coletivo:

[...] quando comecei a participar dessas reuniões e parece que assim, deu uma clareada, do tanto que a gente deixa de aprender, é muito importante, coisas que a gente não acreditava que existia, a nossa mente se abre de um jeito... eu não participava antes e a gente tem uma experiência muito grande nesses encontros. Tipo essa reunião que estamos tendo agora, estamos aprendendo uma com a outra, as experiências de cada uma de nós, gosto bastante de participar, é o momento que a gente aprende né. Quando acabar essa reunião a gente vai pensar de outra forma e vai pensar que não é só eu, o individual, a dificuldade é de todas e a gente vai buscar o ideal.

Teixeira (2023), relata em diversos momentos que a sua autopercepção se modificou ao entrar na RESF no momento em que percebeu que era capaz de auxiliar mais pessoas por meio da coletividade:

Quando eu vou atrás de qualificação.. eu sempre digo, a economia solidária é um movimento, é uma autogestão, mas quando você tá na economia solidária feminista, você está se qualificando, você está formando outro ser, dando oportunidade praquela pessoa, até mesmo de se conhecer, porque numa palestra, num diálogo conjunto, você se coloca naquela situação que nem imaginava que está vivendo aquela realidade. E pensa “será que ela tá falando pra mim? porque ela está vendo dentro de mim” porque o ser humano... poucas pessoas chegam no próximo e dizem assim “olha, estou passando por isso...” as pessoas procuram criticar, não procuram sentar, conversar. O escutar pra mim é fundamental, se você escutar, você pode até não ter palavras, mas vai buscar uma orientação espiritual para dar uma força para aquela pessoa. Eu acho que eu sou uma das mais novas, tenho 54 mas tem pessoas de 70, 80, dentro da rede, e saúde é muito importante, família também, a renda do artesanato ajuda a sobreviver. Os remédios estão tão caros, que o aposentado que recebe todos os benefícios não tem o suficiente. Então o artesanato ajuda a compor a renda, ajuda a comprar os remédios. Pra umas que gostam de passear bastante, ajuda a juntar um dinheirinho pra poder fazer uma viagem... ir na casa da mãe, do irmão. Acho que o importante é o bem viver, é você estar junto e querer transmitir o amor ao próximo. Acho que a vivência na rede feminista me abriu muito o leque, sempre gostei de me doar pras pessoas. Eu trabalhei mais ou menos um ano de carteira assinada e não me adaptei, então sempre trabalhei na autogestão.

Os princípios educativos da EcoSol se refletem na missão da OSCIP Humana responsável pela Rede de Mulheres Produtoras de Quijingue, presente na revisão integrativa, já que consistem em:

(...) estimular o desenvolvimento, no seu sentido mais amplo, especialmente por meio do estabelecimento e execução de projetos que visam compartilhar conhecimento, habilidades e capacitação aos indivíduos e comunidades que necessitem de auxílio para superar a pobreza e as circunstâncias desumanas em que vivem. (Capdevila, 2020, p. 1)

A capacitação dentro ou para formação dos empreendimentos permeia ações que permitam às sujeitas, no caso de Elias (2019, p. 2), mulheres sem-teto, *problematizar sua realidade social*, individual e familiar, pleiteando seu acesso a políticas públicas a fim de “disputar contra as forças sociais hegemônicas a efetivação de seus direitos”. Ao participarem ativamente de cooperativas, as mulheres têm acesso a oportunidades de formação profissional, educação financeira e desenvolvimento de competências de gestão. Essa capacitação não só as capacita a buscar autonomia econômica, mas também as equipa com conhecimentos e habilidades para reivindicar seus direitos de maneira mais assertiva. Ao se tornarem parte integrante de cooperativas, as mulheres encontram um ambiente de apoio mútuo que vai além do aspecto econômico, proporcionando um espaço para compartilhar experiências, articular demandas coletivas e promover a conscientização sobre questões relacionadas a gênero e

vulnerabilidade social. Dessa forma, a capacitação dentro de cooperativas não apenas impulsiona o desenvolvimento individual, mas também capacita as mulheres a disputarem ativamente por seus direitos, contribuindo para uma transformação mais ampla na sociedade.

A **cidadania** também figura no trabalho de Adelino (2021) no sentido da realização de direitos sociais, conforme consta no trecho de Singer (2000, p. 27 *apud* Adelino, 2021):

(...) para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos/as, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados/as e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. Para assim verificar a trajetória política dos participantes destes empreendimentos que visam princípios totalmente diferentes dos propostos na economia capitalista.

O exercício da cidadania, quando contextualizado na busca pela realização de direitos sociais por mulheres em situação de vulnerabilidade, desempenha um papel crucial ao capacitá-las a pensar coletivamente e expressar-se livremente. Ao reivindicar e participar ativamente na busca por direitos sociais, as mulheres encontram um espaço para articular suas demandas de maneira coletiva, fortalecendo vínculos comunitários e construindo uma plataforma para a expressão conjunta de suas experiências e aspirações. Esse engajamento cidadão não apenas capacita as mulheres a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, mas também amplifica suas vozes, desafiando estigmas e normas que historicamente as silenciaram. O processo de reivindicação de direitos sociais não apenas promove a equidade, mas também catalisa a formação de identidades coletivas, permitindo que mulheres em situação de vulnerabilidade compartilhem suas histórias de maneira empoderadora e afirmativa, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Conforme conclui Elias (2019, p. 2), não se trata de as mulheres - nesse caso as habitantes de periferias - desconhecerem seus direitos sociais enquanto cidadãs, mas sim, falta a inserção em uma “rede de apoio que lhe permita perseverar em seu próprio ser e disputar contra as forças hegemônicas a efetivação de direitos”:

Pelo menos uma vez por mês eu tento agregar, pra gente se juntar, conversar, tomar um café, ver como é que tá. Porque tem muitas que tem mãe doente, como eu tô com a minha mãe adoentada, tem muitas que tem filha doente... Então tem que uma vez se juntar para espairar um pouco a mente. Tem o grupo no Whatsapp, a gente conversa diariamente, fala o que uma tá sentindo, ajuda uma a outra em venda, em situação pessoal, alguma necessidade, um documento, a gente tenta sempre dar um apoio pra mulherada e quando precisa também elas vão no meu privado, a gente

conversa, tento levantar a autoestima. A questão da idade é muito cruel pra nós mulheres, e têm umas também que não tem a questão do estudo mais elevado, numa qualificação melhor, então eu tento diminuir as dificuldades delas com informações, palestras, cursos, mas é difícil, porque aqui pra região Norte, a questão de internet, com esse temporal aqui em Belém, fica muito difícil o acesso. (Teixeira, 2023)

Por isso se faz tão importante a perspectiva que agrega o senso de **comunidade** ao centro do debate. A perspectiva comunitária é ressaltada na Economia Solidária e Feminista a medida em que ela propicia desviar do centro a discussão que relaciona trabalho e lucro, e trazer ao centro a reprodução da vida. Adelino (2021, p. 21) obteve semelhante conclusão em sua pesquisa a respeito do conceito:

A pesquisa apontou que a gestão feminista empreendida na RESF está vinculada a uma concepção de interdependência entre bem-estar individual e coletivo, acompanhada pelo comprometimento com a questão da mulher. As falas das mulheres refletem que elas não estão reunidas apenas para gerar renda, segundo elas, a união do grupo e da rede é um fator de sucesso de seus empreendimentos.

A construção de saberes por meio do diálogo e compartilhamento de relatos é uma característica constituinte da EcoSolFem, e essa essência educativa está inserida no cerne do que constitui a comunidade e o bem viver, e é essencial para a construção da subjetividade e das representações dessas mulheres. Conforme Assariti e Jesus (2020, p. 1) expõem:

A partir das histórias narradas pelas mulheres nos encontros, cada uma delas soube que não era a única a enfrentar violências cotidianas, dupla jornada de trabalho, e ver sua capacitação profissional, seus desejos, seus sonhos deixados sempre em segundo plano. O fortalecimento dessas mulheres diante das muitas situações de machismo e até mesmo de violência foi um dos muitos resultados subjetivos expressos em suas falas ao saírem agradecidas das ações realizadas.

Quando se aborda a perspectiva dos **cuidados**, por exemplo, a produção se concentra em torno dos serviços públicos de saúde humana e nas instituições de ciência, mas o olhar que deveria ser voltado para a atenção que mulheres dedicam cotidianamente aos idosos, às crianças, e até mesmo a seus cônjuges adultos dentro do ambiente doméstico, é muitas vezes ignorado. Assaritti e Jesus (2020, p. 3) afirmam que “ser mulher em uma sociedade historicamente patriarcal significa nascer e ser educada para o cuidado. Cuidado com os filhos, com a família, com a comida, com a casa, com tudo e todos.”.

A perspectiva de comunidade trabalhada por hooks (2021) agregando o contexto educacional nos permite pensar sobre a socialização desses cuidados, a medida em que destaca a importância de formas alternativas de organização social, solidariedade e apoio mútuo. Ao promover a construção de comunidades fortes, a autora busca desafiar normas sociais, desconstruir hierarquias e criar espaços onde inclusive o trabalho de cuidados seja

reconhecido e valorizado. Conforme cita Faria (2011 *apud* Adelino, 2021), o trabalho doméstico e de cuidados deve ser de responsabilidade compartilhada por todos e um tema a discutir é o da dupla jornada, abordada no Item 4 do Roteiro de Entrevistas e que Las Casas (2023) descreve:

Até, há pouco, pegamos uma produção e juntamos 8 costureiras, cada uma fez um pouquinho e quanto a gente fez um levantamento disso, todas as nossas costureiras tinham mais de 60 anos, isso para nós foi tão gratificante, sabe, porque pra elas, a maioria já tava até aposentada, mas a gente sabe que é pouco, elas precisam desse trabalho. Uma dessas costureiras, ela tem uma filha deficiente, acamada, então ela não tem como sair, a gente procura sempre trazer essas mulheres para perto de nós, leva trabalho pra elas, e essa rede de apoio é muito importante para nós, seja em qualquer momento que a gente esteja, né, a gente foi pra Santa Maria na FEICOOP juntas, foi maravilhoso conhecer outras mulheres da RESF né, então esse é o movimento que a gente faz, cada uma com suas demandas familiares, profissionais, mas sempre se ajudando, sempre procurando colaborar ao máximo.

A dupla jornada de trabalho a que as mulheres estão submetidas vem sendo denunciada pelos 26 movimentos feministas brasileiros e suas teóricas desde a década de 1970, como fator-chave para as desigualdades de gênero. Trata-se de importante barreira para o desenvolvimento profissional feminino, um elemento que gera sobrecarga na vida de muitas mulheres. A dupla e tripla jornada de trabalho também tem reflexos no campo, onde, por necessidade da variação da fonte de renda familiar, as mulheres desempenham papéis incrementais relacionados a artesanato e turismo, além do cotidiano da agricultura familiar (Silva, 2009 *apud* Araújo *et al.*, 2018). Elias (2019) afirma que cabe a **luta social** das mulheres combater a desvalorização acometida pela separação de trabalho doméstico e profissional feminino, a opressão de gênero e a expropriação destrutiva dos recursos temporais, advinda da invenção capitalista da pressa, como conceitua Guisard (2016 *apud* Elias, 2019).

De acordo com Tygell (2011 *apud* Assaretti e Jesus, 2020), a Economia Solidária trata-se de um movimento social e político que luta por formas de desenvolvimento por meio de solidariedade, preservação ambiental, democracia e direitos humanos. Araújo *et al.* (2018, p. 100-6) afirmam que “a economia solidária, por se tratar de um processo de organização coletiva, pode servir como mecanismo de modificação do papel das mulheres na sociedade, mesmo não sendo idealizado como um movimento feito e destinado apenas às mulheres.”; o feminismo, acrescentado posteriormente a essa discussão, qualifica ainda mais essa demanda social por dignidade. Santos (2014, p. 206) coloca que as diferentes demandas que se apresentam no interior do movimento, as quais às vezes são vistas como lutas de outros movimentos, e por isso, descartadas como lutas da economia solidária, são essenciais para a

legitimação das experiências de EcoSol⁵¹, e é essa a ligação que Lucas (2023) estabelece em sua fala sobre os aprendizados na rede:

Então eu acho que é importante a gente fazer sempre esse recorte do feminismo na EcoSol, não só do feminismo, da negritude, da juventude, do pessoal LGBTQIA+, porque é bem viver, e a gente só acredita em economia do bem viver se é pra todo mundo. Se é economia do bem viver pra homem branco, não é bem viver, porque socialmente já é bem viver pra eles, o homem branco hétero já está numa sociedade ideal pra elas, a gente é que não tá. Pra mim esse é o maior aprendizado, o que mais me encanta dentro da economia feminista e da RESF.

A Economia Solidária e Feminista, se atenta a um viés interseccional, torna-se chave para a mitigação da reprodução capitalista das desigualdades dentro do movimento, além de ter papel crucial na recuperação dos grupos mais acometidos pela pandemia do COVID-19, já que organiza a dinâmica do trabalho em torno dos indivíduos, e não o contrário, como pontua Las Casas (2023) sobre o cotidiano do empreendimento após o ocorrido:

Agora no dia a dia, tem um ateliê e nós trabalhamos... Eu sou coordenadora do núcleo de moda e a gente participa da RESF e de outros movimentos, mas a nossa rede é muito grande. Nós procuramos sempre fazer o trabalho em conjunto, não temos local específico em que vamos todo dia, cada uma tem sua máquina, seu espaço de trabalho em suas casas, mas como eu tenho um espaço maior a gente às vezes pega a produção em conjunto, se reúne e cada uma pega o trabalho e trabalha em suas casas. Isso facilita muito, pois temos, por exemplo, mulheres que não conseguem sair de casa, com crianças pequenas... não é 'não conseguem sair de casa', não conseguem sair para trabalhar, então a gente procura até dar esse fortalecimento, temos um grupo de mães em vulnerabilidade social e elas trabalham em casa com artesanato e a gente ajuda na comercialização.

A mesma realidade se replica em outros empreendimentos, como pontua Teixeira (2023):

A Rede Arte na Praça se constituiu desde o início nos CRAS, com as mulheres em vulnerabilidade social, no tempo do governo Lula, tinha todo aquele processo né... e a gente participava, surgiu o grupo e nos juntamos para trabalhar no coletivo. E daí nós continuamos até hoje graças a deus, com a passagem do COVID e também as dificuldades aqui no Norte, mas a gente tenta ir levando a vida conforme é possível né, a gente tenta se juntar, aqui a gente se junta muito mais nas feiras, se eu tenho produto e eu não posso ir a outra leva, a gente se junta, vê o que é minha parte, o que é dela. Não só na questão da venda, mas no pessoal mesmo, no bem-viver e no coletivo.

A perspectiva de comunidade, notadamente delineada no marco teórico-prático da interseccionalidade, representa uma abordagem enriquecedora que destaca a interconexão das diversas dimensões da identidade, como gênero, raça, classe e orientação sexual. No contexto da saúde mental das mulheres, a interseccionalidade reconhece a influência sinérgica desses elementos e a necessidade de considerar experiências únicas e muitas vezes sobrepostas. A

⁵¹ Santos, 2004; Carneiro, 2006 *apud* Santos, 2014.

ênfase na comunidade implica não apenas em compreender as pressões sociais e estruturais que afetam as mulheres, mas também em reconhecer a importância do apoio social, redes de solidariedade e espaços inclusivos.

Ao abordar questões de saúde mental dentro dessa perspectiva, é possível promover ambientes que valorizam a diversidade, mitigam o estigma associado à saúde mental e oferecem suporte emocional contextualizado, levando em consideração as complexas interações entre identidades e contextos sociais. Dessa forma, a interseccionalidade contribui para uma compreensão mais abrangente das necessidades das mulheres, enfocando soluções que transcendem abordagens unidimensionais e promovendo o bem-estar mental dentro de um quadro comunitário mais amplo. Essa perspectiva se faz relevante em um contexto em que as mulheres foram as mais afetadas emocionalmente pela pandemia, apresentando agravamento em sintomas de depressão, ansiedade, estresse, além do abuso de drogas, medicamentos e alimentos⁵². Teixeira (2023), relata sobre:

Uma coisa que eu acho muito importante é que desde o início, tinha umas pessoas que iam participar com a gente, como questão de terapia. Duas ou três pessoas estavam em depressão, tomavam muitos remédios, com a convivência, com as conversas, com o diálogo, com a própria produção que elas desenvolviam... não vou dizer que elas pararam de tomar remédio, porque é complicado, né, mas elas diminuíram muito o uso de remédios, porque se sentiram amadas, valorizadas. Porque sofrendo naquele mundinho lá delas, se sentindo sozinhas... como eu sempre digo pra elas, o acolher, não é sempre que você vai dar um dinheiro, um material pra produção, mas um abraço, o querer daquela pessoa, você faz muito mais. Porque se você parar pra escutar o próximo, é se colocar no lugar dele. Você não vai sentir o que ele está sentindo, mas vai tentar ajudar com as tuas palavras, com o teu conhecimento, com a tua vida. Então acho que tudo é um apoio. Eu posso não ter dinheiro pra dar, mas eu tenho condições pra ajudar.

3.4. Construindo pressupostos

Como resultados preliminares, foi possível apreender que os conceitos relacionados à **trabalho** (produção e reprodução social, divisão sexual) foram utilizados em todos os artigos, portanto, é possível aferir que as discussões sobre as representações e subjetividades produzidas pelos grupos de Economia Solidária e Feminista são indissociáveis da conscientização sobre a esfera de produção em que estamos inseridos, afinal, é essa a crítica que os campos em debate propõem. Guareschi e Veronese (2009) apontam para o fato de que a psicologia social do trabalho vai trabalhar com o conceito de subjetividade como produção de criatividade, de singularidade, se fazendo capaz de resistir aos processos de massificação.

⁵² Serafim *et al.* (2021)

É nessa perspectiva, de valorização de uma subjetividade criativa e transformadora, que se percebe que a maioria dos relatos se encontram:

A gente tem um grupo que produz mesmo, a gente senta, conversa sobre o que vamos fazer, a gente teve recentemente um curso de flores, esses produtos quando a gente termina, bota na loja, e se tem feira a gente expõe também. A gente vê as dificuldades uma da outra, aí dá a mão e produz. A gente tem esse carinho uma pela outra. (Torres, 2023)

A segunda categoria que mais despontou foi a discussão sobre a **educação**, realizada em 12 artigos; os estudos de Gramsci (2006), Giroux (1997) e hooks (2013) convergem no sentido de que uma educação popular é um dos principais instrumentos para a promoção de uma subjetividade política, já que desempenha um papel fundamental na apreensão de conhecimentos críticos e reflexão e análise sobre a realidade social em que estão inseridos, incentivando, portanto, o envolvimento ativo em sua transformação por meio da luta contra a hegemonia cultural e política. Nas discussões do campo da Economia Solidária e Feminista, essa educação não perpassa apenas pelas instituições tradicionais, como escolas e universidades, mas sim por meio do aprendizado e capacitação proposto pelo cotidiano dos empreendimentos:

Tem gente que voltou a estudar! Que vai pra escola, cria outro horizonte, outros conhecimentos. Eu sempre disse assim, que eu sempre gostei de estudar, e quando faço curso retorno pro meu coletivo pra repassar. Nós temos um coletivo que eu sempre digo assim: tem que fazer um encontro com o saber. O que eu sei tu sabe, então vamos se juntar, repassar o que nós temos, multiplicar esse conhecimento, porque não adianta eu ter ele só pra mim. Então é uma forma de se reunir, é uma forma de tecer um retalho. Eu vi isso muito na prática e espero que Deus me dê muita saúde e vida pra que eu continue no movimento de economia solidária e feminista e possa continuar a ajudar muitas mulheres ao meu redor, e me ajudar também. Em anos anteriores eu nem poderia estar aqui porque eu ia começar a gaguejar e não ia sair nada, quando eu paro, eu penso e digo “meu Deus do céu, eu evolui um bocado”, mas é participando dos encontros, da convivência, então eu mesma me sinto mais a vontade de me expressar, de ir mais atrás dos objetivos, não só enquanto mãe, mas enquanto mulher. Podem tirar a vida de uma mulher, mas nunca vão matar seu conhecimento. O conhecimento e o legado dela fica. (Teixeira, 2023)

As terceiras terminologias mais utilizadas nesses trabalhos, foram autonomia/emancipação, cuidado e comunidade, totalizando 11 artigos. Segundo os princípios da Economia Solidária e Feminista, as mulheres são oprimidas tanto pela sua exploração de classe quanto pela opressão de gênero na sociedade capitalista. A **emancipação**, portanto, busca eliminar esses dois aspectos através da transformação da sociedade, isso implica em desafiar as estruturas de produção existentes para que as mulheres passem a ser livres de toda forma de opressão e exerçam seu pleno potencial. Uma das formas de opressão feminina se dá

na esfera dos **cuidados**, cujo trabalho atribuído a esse gênero é subvalorizado e invisibilizado pelo sistema econômico predominante, relegando as mulheres à uma dupla jornada de trabalhos domésticos e tradicionalmente produtivos. O trabalho de hooks (2021) novamente se encontra em consonância com as perspectivas da Economia Solidária e Feminista ao abordar a categoria **comunidade**; para ela, a responsabilidade coletiva na criação de consciência crítica, por meio de espaços de diálogo e troca de conhecimento, perspectivas e experiências, trazendo para o centro da educação as vozes e experiências de mulheres marginalizadas e oprimidas implica em desafiar e questionar padrões dominantes que frequentemente tentam silenciar essas vozes femininas:

A gente fala “poxa, que bom né, que bom que eu tô aqui, eu sou uma profissional, eu posso cuidar da minha casa, dos meus filhos e posso ter um conforto né” eu acho que a economia solidária ela traz isso, essa nova forma de ver, e ajuda principalmente nós mulheres, por isso que a RESF é tão importante, né. (Las Casas, 2023)

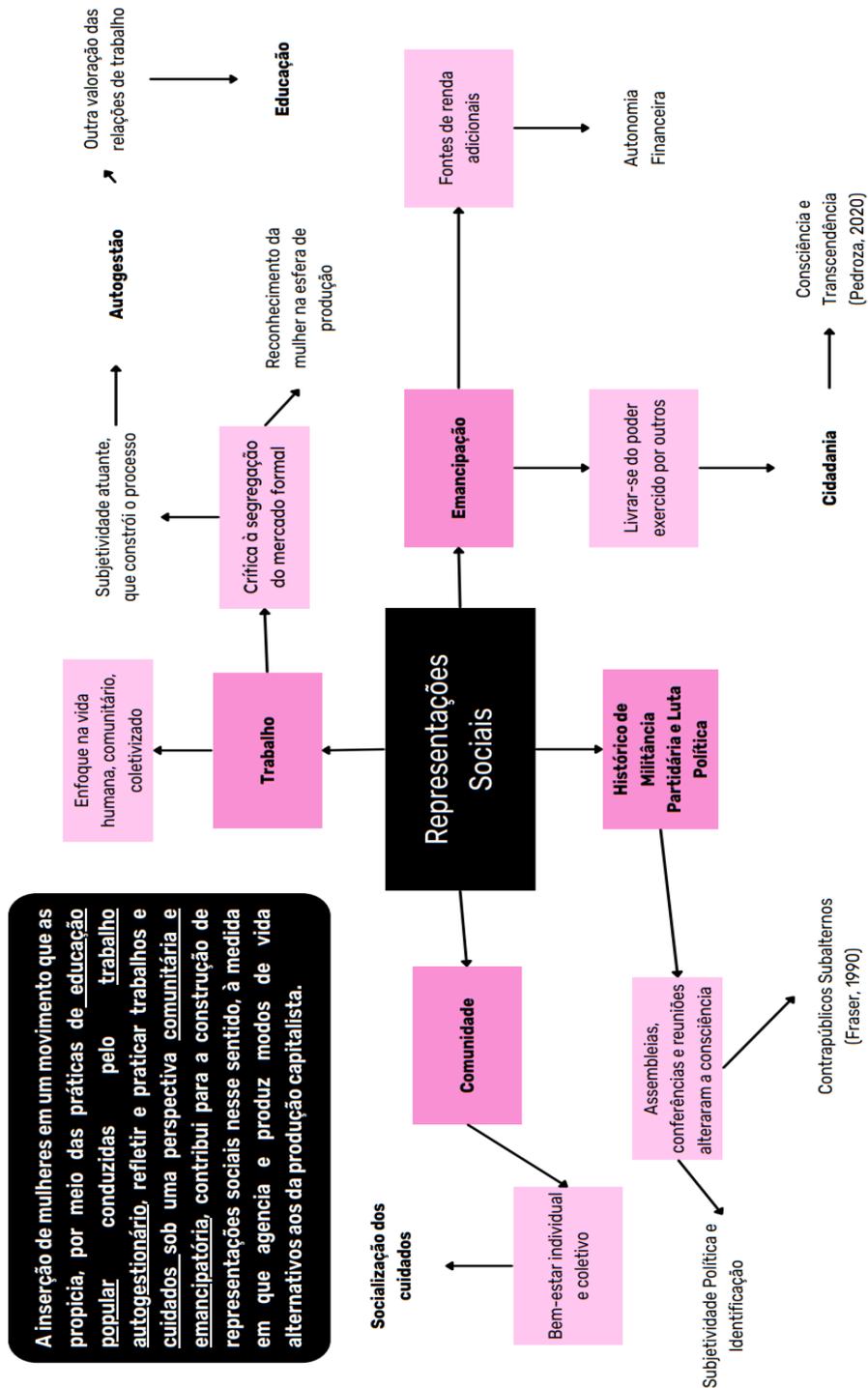
Com essas evidências, é possível montar um pressuposto de pesquisa mais elaborado, que implica que a inserção de mulheres em um movimento que as propicia, por meio das práticas de educação popular conduzidas pelo trabalho autogestionário, refletir e praticar trabalhos e cuidados sob uma perspectiva comunitária e emancipatória, contribui para a construção de representações sociais nesse sentido, à medida em que agencia e produz modos de vida alternativos aos da produção capitalista. A importância da Economia Solidária, portanto, não se baseia apenas em consistir num instrumento de suplementação de renda e de eliminação de desigualdades, mas sim, de constituir um contra projeto que compreende um contrapúblico subalterno, forjando sujeitas políticas capazes de refletir criticamente e incidir sobre as representações sociais que as permeiam. O conjunto de trabalhos analisados destacam menos um potencial de desenvolvimento econômico da EcoSolFem e fazem luz acima da sua capacidade transformadora acerca da consciência, do pensamento crítico e da ação política.

Com o objetivo de sintetizar os conhecimentos apreendidos a partir da aplicação dos instrumentos metodológicos, foi constituído um mapa mental, isto é, uma cartografia conceitual elaborada por meio de uma representação gráfica com o objetivo de estabelecer conexões entre as categorias identificadas e os conceitos abordados. Machado (2010) menciona uma série de teóricos⁵³ do campo das Representações Sociais que utilizaram-se

⁵³ (Pailhous, 1970; Ledrut, 1973; Gould e Whyte, 1974; Milgram e Jodelet, 1976; Downs e Stea, 1977 *apud* Machado, 2010).

desse subterfúgio como forma de identificar ligações de causalidade dos elementos de gestão existentes na concepção de cada entrevistado, além de facilitar o entendimento sobre a maneira com a qual os grupos organizam esse conteúdo:

Figura 4. Mapa Representativo - Pressupostos de Pesquisa



Fonte: autoria própria, 2023.

3.5. Acerca das Políticas Públicas (PPs)

Ferreira (2007 *apud* Almeida, 2021) constata que “não é novidade que o Estado vem repassando historicamente suas responsabilidades para as mulheres”. Na perspectiva das Políticas Públicas, as articulações realizadas pela Economia solidária e Feminista permitem, de acordo com Capdevila (2020), a chance de reversão do quadro subordinação/exclusão, levando para o espaço público discussões antes inferiorizadas e desvalorizadas, relegadas ao âmbito doméstico:

Torna-se necessário garantir e ampliar o acesso dessas mulheres rurais ao fomento produtivo, ao crédito, a assistência técnica, aos programas de compras governamentais e a promoção comercial de seus produtos, através do acesso às políticas públicas, visando promover a autonomia econômica das mulheres. Permanece ainda o desafio de integrar as políticas para as mulheres e promover arranjos de gestão participativa, que possibilite estabelecer estratégias, apoiadas pelo Estado, que promovam a afirmação de sua identidade como trabalhadora rural, a socialização do trabalho doméstico e do cuidado, o fortalecimento da organização produtiva com a perspectiva da autonomia econômica, da soberania alimentar e da agroecologia, além do fortalecimento do seu papel no desenvolvimento territorial. (Capdevila, 2020, p. 7)

Políticas que visam equilibrar oportunidades e recursos são fundamentais para assegurar que as mulheres não sejam prejudicadas em termos de acesso a empregos, salários justos e participação ativa em todos os setores da sociedade. O foco na autonomia econômica das mulheres ressalta a necessidade estatal de proporcionar condições que permitam que as mulheres controlem seus próprios recursos financeiros e tomem decisões independentes. Isso pode envolver acesso à educação, oportunidades de emprego igualitárias e políticas de suporte para equilibrar responsabilidades familiares e profissionais.

Assaretti e Jesus (2020), por exemplo, denunciam a interrupção do projeto realizado no interior do Estado da Bahia e que contava com verba nacional como fruto do sucateamento planejado das instituições públicas de ensino e reflexo direto da crise política e educacional, assim como Santos e Deluiz (2009 *apud* Almeida, 2021) atribuem à crise do trabalho que atinge especialmente os países periféricos, dois processos evolucionistas do capitalismo e suas consequências. São eles: o avanço na modernização dos meios e modos de produção nos países centrais; e as crises fiscais do Estado que reorganizam sua agenda social devido à ausência de políticas públicas. Torres (2023) relata os desafios enfrentados pelas artesãs na busca de amparo público para seus trabalhos:

Falar em política é difícil né, principalmente na nossa área, o que nós queremos alcançar na economia solidária. Eu acho que se tivesse mais apoio dos governantes a gente teria mais coragem de fazer as coisas. Se os governantes ajudassem na área de ES seria muito mais fácil pra gente e pra eles.... com certeza a ES ia crescer junto com os governantes. Essas coisas que precisa investir, tipo na área do artesanato, é muito difícil a gente ter uma verba através dos governantes, a gente não tem esse apoio, principalmente nesta área do micro, pequeno empreendedor, que quer crescer profissionalmente. Pelos poucos anos que eu tenho aqui, eu vejo que cresceu bastante, já ganhamos muitas guerras, mas temos que enfrentar mais ainda pra gente ter o nosso espaço e defender nossa área, a gente quer dar um passo a mais e cada dia dar outro e ter nossa renda, a gente tá contando com ela. Eu sempre fui autônoma, eu também só trabalhei uma vez de carteira assinada, é uma renda que esse mês faz um tanto, no outro pode ser mais, pode ser menos. Tendo um apoio a gente cresceria muito mais, teria mais espaço pra esse movimento de mulheres ser reconhecido pela sociedade, de gente que quer trabalhar.

O fortalecimento da economia solidária indica uma abordagem econômica mais colaborativa e inclusiva. Essa iniciativa, desde que fomentada pelo Estado, possui potencial para refletir inclusive na esfera privada o estímulo a práticas empresariais que promovam a cooperação, a sustentabilidade e a justiça social, conjunto que é conceituado sob o leque da responsabilidade social. Para as mulheres, isso pode significar o apoio a iniciativas empreendedoras que valorizem suas contribuições. Coutor e Rubim (2021) versam sobre a importância de formular PPs feministas, não apenas voltadas para mulheres, pois as primeiras pretendem incidir sobre toda estrutura hierarquizante, não somente adicionar mulheres em locais que reproduzem suas relações de dominação - como cursos de culinária, artesanato e relacionados à esfera de cuidados com idosos e crianças; ainda reflete que, quando inseridas nesses espaços, o trabalho a ser feito é romper com o feminismo etnocêntrico e desconstruir o lugar de subalternidade relegado a esses postos “tipicamente femininos”.

Acerca dessa formulação de política feministas, Fraser (2013) versa sobre o conceito de justiça de gênero, isto é, combater o status de subordinação feminino, abarcando a visão de distribuição - ou seja, as diferenças econômicas e de classe - mas também prezando pelo reconhecimento dos padrões androcêntricos e pelo combate a esses via paridade participativa. Reconhecer as particularidades femininas destaca a importância de compreender as diferentes experiências das mulheres em sociedade. Isso inclui considerar fatores como maternidade, carga doméstica e outras questões específicas de gênero ao desenvolver políticas públicas, garantindo que elas sejam adaptadas às necessidades individuais e coletivas das mulheres.

Durante o grupo focal, as entrevistadas relataram diversos momentos em que procuraram apoio público para alavancar seus projetos, Silva (2023) relata sobre, que: “em 2010 solicitamos orientação da Secretaria da Mulher para fazer uma feira; a secretaria de desenvolvimento social cedeu barracas quebradas, consertamos e passamos a usar, temos elas

até hoje”. A desconfiança política como consequência do descaso dos órgãos públicos com as cooperativas e associações das participantes é um elemento presente em seus relatos, porém é reconhecida a necessidade de fomento para o desenvolvimento da produção:

É lógico que a gente precisa do poder público, é óbvio, mas, eles tem muitos vieses na política, eu trabalho muito assim na minha cabeça, se estão fazendo o bem pras pessoas, eu apoio isso. Quando o PT assumiu a gestão da minha cidade, meu marido era contra o PT e eu tenho essa posição de “vamos ver o que vai acontecer” e eles começaram a fazer muitas coisas boas, bom enfim, pra vocês terem uma ideia na minha cidade não se paga ônibus, tem bicicleta gratuita pra cidade inteira, como é que eu não vou gostar dessas pessoas que estão lá? Hoje ele já mudou de opinião, graças a Deus (risos) mas isso eu aprendi a conviver com um jovem de 19 anos que estava assumindo a secretaria de economia solidária na época e ele me disse “vocês têm que assumir a gestão, vocês tem que ter poder, é a sociedade civil que tem que ter poder porque nós não vamos estar aqui a vida inteira” eu falei “gente, o garoto tem idade pra ser meu filho, olha que coisa maravilhosa, né”. Eu não queria me envolver com coisa de política, só queria fazer meu trabalho, mas isso me deixou maravilhada e é verdade, a nossa política precisa ser entre a sociedade civil, e aí ninguém vai tirar o nosso lugar. (Las Casas, 2023)

A menção aos desafios políticos, educacionais e do trabalho reconhece que as barreiras para alcançar a equidade de gênero são multifacetadas. Superar crises nessas áreas requer abordagens integradas, incluindo reformas políticas, melhorias no sistema educacional e transformações no mercado de trabalho para eliminar práticas discriminatórias. O papel das ITCPs também é relevante para propiciar o funcionamento dos empreendimentos, conforme afirma Teixeira (2023) “nós também temos uma parceria muito boa com a IFPA aqui do Pará, aqui em Belém mesmo, feiras estaduais pelos órgãos”. Na ausência de recursos governamentais, as participantes contaram com qualificações do sistema S⁵⁴ e outros órgãos de assistência para melhorar sua rotina de produção, como é o caso de Teixeira (2023):

Nós temos um local, uma sede provisória para fazer reuniões, cursos que eu vou buscar fora pelo SENAE, ou pela EMATER, a gente sempre está em conversa com os órgãos para prover cursos de qualificação para as mulheres.

Conforme introduz Hillenkamp (2019, p. 266) “[...] outra economia não é possível sem outra política: uma política que considera a economia para além de sua definição formal.”. A autora afirma que a politização se concretiza nas práticas cotidianas dos empreendimentos e Lucas (2023) reforça esse argumento quando afirma que:

A convivência na RESF como um todo é o que faz a rede seguir funcionando de forma autônoma, independente de qualquer recurso federal, e garante o sustento das famílias envolvidas no empreendimento. A gente conseguia fazer dois encontros

⁵⁴ Conjunto de nove entidades corporativas voltadas para treinamento profissional, assistência técnica, consultoria, assistência social e pesquisa. Não possuem vínculo administrativo com o governo, porém se sustentam da arrecadação sobre a folha de pagamento de seus trabalhadores.

anuais quando contava com o investimento do governo, com as meninas do Brasil inteiro, com dois dias de seminário e participação na FEICOOOP, então a gente consegue trocar experiência, se ver e organizar a rede de uma forma mais adequada. Quando a gente não tem recurso pra isso acontecer eu particularmente sinto uma falta muito grande. Eu costumo brincar que quando junta a mulherada toda rola uma bruxaria muito grande. Quando a gente não consegue se encontrar isso enfraquece um pouco a RESF como rede, e a gente se fortalece tanto estando juntas.

Uma economia que abre mão das definições formais também necessita de uma política pública que formalize seus trabalhadores considerando essas particularidades. À medida que as formas de trabalho evoluem, com o surgimento de empregos autônomos, freelancers e empreendedores independentes, é imperativo que as políticas públicas se adaptem para garantir a proteção e os direitos desses trabalhadores. Formalizar essas relações de trabalho não apenas estabelece um quadro legal que assegura benefícios sociais, como a previdência e a seguridade social, mas também cria um ambiente que promove a equidade e a justiça. Além disso, a formalização pode ser uma ferramenta crucial para combater a exploração e a precarização, proporcionando um meio pelo qual os trabalhadores informais podem acessar oportunidades de desenvolvimento profissional, educação e segurança no trabalho.

Portanto, uma política pública adaptada a essa nova dinâmica econômica é essencial para criar uma base sólida que garanta a inclusão e a dignidade para todos os participantes desse cenário econômico em constante transformação, como é a demanda da RESF e da EcoSol como um todo. Trabalhadores que possuem um papel ativo na gestão e tomada de decisões, seguindo o princípio da autogestão, possuem um modelo de trabalho oposto à hierarquia tradicional existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme contextualiza Lucas (2023) sobre seu empreendimento:

Não faz sentido a gente ser economia solidária, lutar por uma outra forma de economia, e reforçar o sistema CLT, mas hoje, ele é o que garante os direitos do trabalhador. A gente não poderia não usar esse método para garantir que tudo que é da lei está sendo cumprido, então está tudo certo entre quem emprega e quem é empregado. Pro trabalhador, ele ainda é o mais justo, mas a gente precisa romper com essa lógica da CLT, não estou falando dos direitos trabalhistas, claro, mas de romper com a ótica de trabalhador subordinado ao padrão.

Em síntese, as conclusões apresentadas destacam a importância de implementar políticas públicas que abordem questões relacionadas à equidade de gênero, fortalecimento da economia solidária e reconhecimento das particularidades femininas. A análise indica que é crucial criar um ambiente que favoreça a autonomia econômica das mulheres, superando desafios políticos, educacionais e do mercado de trabalho. O desafio reside em articular esforços para superar as crises políticas, educacionais e do trabalho, garantindo que tais políticas não apenas adicionem mulheres a estruturas de dominação existentes, mas

reestruem fundamentalmente as relações hierárquicas e de poder. A argumentação construída pelas representações sociais das pesquisadas sugere que as políticas públicas devem ser holísticas e abordar não apenas a inclusão das mulheres, mas também a transformação das estruturas e dinâmicas sociais que contribuem para a desigualdade de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi objetivado, portanto, observar e questionar como @s sujeit@s pesquisadas produziam subjetividades, no sentido de que sua dupla inserção, no movimento feminista e da economia solidária, poderia de alguma forma impactar na maneira como as representações sociais são produzidas, transformadas e compartilhadas em suas vidas cotidianas. O desenvolvimento da pesquisa reforçou o pressuposto de que essa participação das sujeit@s desencadeia uma produção complexa de subjetividades, influenciando diretamente as representações sociais que permeiam a construção da cotidianidade nesses grupos.

A análise da produção dos debates teóricos e da vida prática dess@s sujeit@s, presentes na constituição da bibliografia e da revisão integrativa do trabalho, contribuíram para revelar a interseccionalidade presente nesses movimentos e, a partir da identificação das categorias de análise, as quais classifiquei como eixos constituintes dos movimentos, foi possível obter uma compreensão mais profunda acerca da dinâmica de construção de representações sociais emergentes desse contexto. A construção teórico-prática evidencia, portanto, a presença marcante da interseccionalidade nas redes estudadas, destacando como as diversas identidades e questões convergem e se entrelaçam, contribuindo para a emergência de representações sociais que considerem contextos como classe, gênero, raça e demais categorias que permeiam o conceito de bem viver. A construção do referencial teórico que agregou, simultaneamente, esses debates e uma análise de conjuntura sobre a trajetória de ambos os movimentos no Brasil, almejou, mesmo que de maneira incipiente, situar, a nível de pesquisa e de leitura, quaisquer interessados no contexto atual e alguns elementos e fenômenos com os quais as organizações que constroem a luta nesse espaço se deparam, os quais possuem impacto sob a construção - coletiva e individual - de suas respectivas visões de mundo.

O grupo focal realizado com as sujeitas representantes de cada região de atuação da RESF, cada uma em suas singularidades e particularidades dentro desse universo, foi primordial para o entendimento de que essas categorias operam, sim, em comum dentro da rede, mesmo em contextos e momentos distintos de cada empreendimento. É fundamental reconhecer as limitações inerentes a esta pesquisa e a abordagem incipiente na resposta à pergunta central. Sugiro que futuras investigações explorem mais a fundo a relação entre a participação das mulheres da RESF nos movimentos EcoSol e EcoFem; a utilização de

métodos complementares e a ampliação da amostra podem oferecer compreensões mais abrangentes e aprofundadas.

As descobertas mais relevantes e significativas foram delineadas em forma de pressupostos no subcapítulo 3.4⁵⁵, onde me apoio na revisão de literatura e no grupo focal para reiterar que a inserção de mulheres em um movimento que promove a educação popular por meio do trabalho autogestionário tem o potencial de influenciar a construção de representações sociais; esse processo ainda reflete e promove práticas de trabalho e cuidado sob uma perspectiva comunitária e emancipatória, gerando modos de vida alternativos à lógica da produção capitalista. Logo, isso faz com que a relevância da Economia Solidária, quando aliada à Economia Feminista, vá além de simbolizar um complemento de renda e uma redução nas desigualdades econômicas - o que por si só, já demonstra a eficiência desse projeto -, englobando um contrapúblico subalterno nessa aliança, e por isso, tornando-se um contra projeto capaz de se opor ao modelo econômico dominante, mesmo que situado dentro dele.

A pesquisa sugere que esse contra projeto se materializa por meio da capacitação de sujeitas políticas, as quais produzem e compartilham representações sociais que refletem criticamente em seus cotidianos e modos de vida. O trabalho, portanto, ressona e prioriza a descoberta da EcoSolFem na sua capacidade transformadora no âmbito da consciência, da ação política e do pensamento crítico - não necessariamente secundarizando sua importância como instrumento de desenvolvimento econômico, crucial para o contexto social em que o país se encontra. Enxergo nesse trabalho o potencial para desenvolvimento de pesquisas futuras que explorem as implicações práticas e teóricas dos fenômenos de subjetivação aqui analisados, além de aprofundar o estudo sobre as categorias de análise e a possibilidade de inserção de outras categorias. Esse estudo está intimamente relacionado à questão social, pois a interação entre as esferas de gênero e Economia Solidária aborda aspectos essenciais acerca do conjunto complexo de desigualdades e conflitos sociais que permeiam o funcionamento e organização da sociedade, gerando um conjunto de discussões acerca de distribuição de recursos, direitos e oportunidades entre diferentes grupos sociais.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento às intersecções de desafios e opressões sociais contribui para uma compreensão mais profunda das resistências políticas. A identificação dos eixos constituintes dos movimentos, como discutido anteriormente, está relacionada à formação e organização de sociabilidades dentro desses grupos, as quais não apenas refletem

⁵⁵ Página 58.

as dinâmicas internas dos movimentos, mas também abordam a construção de relações sociais transformadoras que desafiam estruturas preexistentes. Esse processo inclui o reconhecimento e enfrentamento dos desafios que surgem no cotidiano dos empreendimentos e d@s sujeit@s pesquisad@s, e dele surge a necessidade de aprofundar a compreensão acerca das relações entre participação nos movimentos e a busca por soluções coletivas diante das adversidades. Por ter sido realizado com uma amostra pequena, de cinco participantes, há diversas limitações presentes nessa dissertação, porém, as vejo como oportunidades interdisciplinares de estudo e prática.

Creio que a maior contribuição desse trabalho, como um estudo da nossa sociedade contemporânea, e principalmente, - por meio de uma resistência ativa e estrutural - das formas que divergem do modo como nos organizamos, consumimos e percebemos a vida ao nosso redor, é a de ser um contraponto, reconhecendo os desafios, os entraves, as dificuldades, mas acima de tudo, apresentando alternativas de outros mundos possíveis, onde a opressão não é a regra.

REFERÊNCIAS

Adelino, Naiana C. **O PAPEL DO ENSINO SUPERIOR NO FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA: NARRATIVAS DE MULHERES DO SEGMENTO DO ARTESANATO.** 2021. 42 f. Monografia (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Natal, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/35246/1/OPapelDoEnsinoSuperior_Adelino_2021.pdf. Acesso em: 8 set. 2023.

Almeida, Elizete P. **A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MEDIAÇÃO PARA O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE MANDALA.** 2021. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Serviço Social, Centro Universitário Internacional UNINTER, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1181/ELIZETE%20PEREIRA%20DE%20ALMEIDA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 set. 2021.

Alves, Simone Silva. **Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: sororidade a outra educação!.** 2014. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104457>. Acesso em: 04 abr. 2023.

Anjos, Eliene G. *et al.* A indissociabilidade das categorias gênero e raça nas experiências de trabalho na economia solidária. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 106-119, nov. 2019. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14830>. Acesso em: 9 set. 2023.

Araújo, Alcione L. *et al.* AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO: O BENEFÍCIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PROCESSADOS NAS COZINHAS COMUNITÁRIAS. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**, Paranaguá, v. 3, n. 3, pp. 1-20, set. 2018. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/fzmt62avrff7berfm4wkmzms5a/access/wayback/http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiETG&page=article&op=download&path%5B%5D=449&path%5B%5D=266>. Acesso em: 09 set. 2023.

Araújo, Maria G. C. de. Subjetividade, crise e narratividade. **Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 2, n. 1, mar. 2002.

Arruda, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, pp. 127-174, nov. 2002.

Assaritti, Dolores S. Jesus, Aila C. C. de. MÃOS MARGARIDAS – EXPERIÊNCIA DAS MULHERES DE SANTA INÊS (BA) NA ECONOMIA SOLIDÁRIA. *In: VII Congresso Nacional de Educação*, 7, 2020, Maceió. **Anais [...]** Maceió: Editora Realize, 2020. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA5_ID6068_25092020174613.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

Asseburg, Hans B.; Gaiger, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, pp. 499-533, 2007.

Bonumá, Helena. **AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. Orientadora: Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida. 2015, 97 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

Bonumá, Helena. Apresentação. In: GUAYÍ. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA: caderno de formação**. Porto Alegre: Guayí, 2013. p. 1-32.

Bohn, Liana; Catela, Eva Y. A. S. **HÁ ECONOMIA FEMINISTA NA CIÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA ENTRE 1990-2015**. In: XX Encontro de Economia da Região Sul, 10., 2017, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANPEC/SUL, 2017. pp. 1- 19.

Bohn, Liana; Fernandez, Brenda P. M. **Economia Feminista: uma antologia**. Florianópolis: Peregrinas, 2021.

Bourdieu, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Edusp, 2022.

Brandão, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Brasil, Manuela S. A dimensão utópica da economia solidária. Contribuições para o debate. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais eletrônicos [...]** Buenos Aires: Acta Académica, 2009. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/_000-062_1409.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

Brasil. Ministério da Economia. **Orçamento Anual 2023**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamento-s-anuais/2023>. Acesso em: 19 out. 2022.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

Calçado, Thiago. Tecnologia e subjetividade: poder e discursividade à luz da Microfísica do poder em Michel Foucault. **PAULUS**, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 77-86, 2017. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/10>. Acesso em: 9 set. 2023.

Capdevila, Sofia Reyna. **REDE DE MULHERES PRODUTORAS DE QUIJINGUE- BA: FOMENTANDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. In: III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia (CIFA), 3, 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6405/2452>. Acesso em: 8 set. 2023.

Carrasco, Cristina. LA ECONOMÍA FEMINISTA: UNA APUESTA POR OTRA ECONOMÍA. In: VARA, María J. **Estudios sobre género y economía**. Akal: Madrid, 2006.

Carvalho, Keila L. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: II CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2, 2011, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Ipea, 2011. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

Carvalho, Thiago M. *et al.* A Economia Solidária como um Instrumento de giro Decolonial do saber Econômico Capitalista. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 12, n. 3, pp. 107-125, jul. 2018.

Castro, Barbara G. O SOCIALISMO DE PAUL SINGER E OS LIMITES DE SEU PROJETO POLÍTICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **ORG & DEMO**, Marília, v.11, n.2, pp. 23-44, nov. 2010.

Chiarello, Caio L. A trajetória da SENAES em prosa e números: consolidação e réquiem de uma agenda pública para a economia solidária. **ORG & DEMO**, Marília, v. 21, n. 2, pp. 97-116, jul.-dez. 2020.

Costa, Bianca A.; Moreira, Maria A. Sentidos e contradições do trabalho de mulheres artesãs na economia solidária: estudo de caso de uma feira em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 133-152, 27 nov. 2019.

Coutor, Ludmila B. G. Rubim, Lindalva. POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDENTIDADE REGIONAL: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL. In: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 17, 2021. Salvador. **Anais [...]** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132265.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

Crenshaw, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1, n. 8, pp. 139 - 167, 1989.

Culti, Maria N. **Mulheres na economia solidária**. São Paulo: UNITRABALHO, 2004.

Cunha, Gabriela; Santos, Aline M. dos. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: Desafios epistemológicos e metodológicos. In: Hespanha, Pedro; Santos, Aline M. dos. (orgs.). **ECONOMIA SOLIDÁRIA: QUESTÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS**. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio e Alvim, 1972.

Deleuze, Gilles; Guattari, Félix. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1991.

Díaz, Natalia Q. Economías feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. **Íconos**, Quito, n. 22, pp. 77-89, jan. 2009.

Elias, Andressa S. Os obstáculos da economia solidária feminista para mulheres sem-teto. *In: 7º Encontro Internacional de Política Social*, 7, 2019. Vitória. **Anais [...]** Vitória: UFES, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25726>. Acesso em: 9 set. 2023.

Engels, Friedrich. Marx, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Farr, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In: Guareschi, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

Federici, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

Fernandes, Bruno S.; Diniz, Sibelle C. ECONOMIA POPULAR, DES/COLONIALIDADE DO PODER E ECONOMIA SOLIDÁRIA: NOTAS PARA UM DEBATE LATINO-AMERICANO. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, pp. 254-268, maio-ago. 2018.

Fraser, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. New York: Verso, 2013.

Gaviraghi, Fábio J.; Goerck, Caroline; Guimarães, Gleny T. D. POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: SOB O PÊNDULO DA SUPERAÇÃO OU MANUTENÇÃO DO SISTEMA?. *In: Senhoras, Elói M. (org.). AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 3*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

Giroux, Henry A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Goffman, Erving. **Representação do eu na vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

Gomes, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In: Minayo, Maria C. de S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Gonçalves, Dimas. **ECONOMIA SOLIDÁRIA** - Uma contribuição para a integração e cooperação sul/sul na América Latina. LinkedIn, 2015. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/economia-solid%C3%A1ria-uma-contribui%C3%A7%C3%A3o-para-integra%C3%A7%C3%A3o-dimas-gon%C3%A7alves/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 29 set. 2023.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

Guareschi, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Edição Especial Temática, pp. 33-46, 2000.

Guattari, Félix; Rolnik, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

Guillerm, Alain; Bourdet, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Harvey, David. **Consciousness and the Urban Experience**. Oxford: Johns Hopkins University Press, 1985.

Hillenkamp, Isabelle. Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo, Brasil. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 265-281, 29 nov. 2019. Disponível em: revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14815. Acesso em: 9 set. 2023.

Höfling, Eloisa de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

Hurtado, Carlos N. Contribuições para o Debate Latino – Americano sobre a Vigilância e a Projeção da Educação Popular. *In*: Pontual, Pedro; Ireland, Timothy. **Educação popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, p. 147-156. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol14a-mericalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 2 set. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021**. 2021. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 14. jun. 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: NOTA METODOLÓGICA E ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIOESTRUTURAIS DOS EMPREENDIMENTOS**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea; IBGE, 2016.

Jodelet, Denise. Representation sociale: phénomènes, concepts et théories. *In*: Moscovici, Sergei (org.) **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984.

Jovchelovitch, Sandra. Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 10, n. 1, p.54-68, jan.- jun.1998.

Kollontai, Alexandra. **Os Fundamentos Sociais da Questão Feminina** [Extratos]. 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>. Acesso em: 28 abr. 2023.

Laclau, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: Três Estrelas, 2013.

Lane, Silvia T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Las Casas, Wanise. **Grupo Focal - Participante 2**. [out. 2023]. Entrevistadora: Gabriela de Lima Ribeiro. Pelotas, 2023. 1 arquivo mp3 (127 min.). Não publicado.

Lerner, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

Lupion, Bruno. Quais são as propostas de governo de Lula. DW. 03 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quais-s%C3%A3o-as-propostas-de-governo-de-lula/a-62213399>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Machado, Paulo B. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MAPAS MENTAIS: APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS. *In: Blog do Paulo Machado*. Senhor do Bonfim, 06 de setembro de 2010. Disponível em: <https://blogpaulomachado.wordpress.com/2010/09/06/representacoes-sociais-e-mapas-mentais-aproximacoes-metodologicas/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Marçal, Katrine. **O lado invisível da economia: uma visão feminista**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

Marková, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Melo, Hildete P. de; Thomé, Débora. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Mészáros, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

Minayo, Maria C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

Molina, Wagner de S. L. *et al.* La Economía Solidaria de Brasil ante el contexto de crisis COVID-19. **Otra Economía**, v. 13, n. 24, p. 170-189, 11.

Monteiro, Kimberly F.; Grubba, Leilane S. A LUTA DAS MULHERES PELO ESPAÇO PÚBLICO NA PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO: DE SUFFRAGETTES ÀS SUFRAGISTAS. **Direito E Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, pp. 261-278, dez. 2017.

Moscovici, Sergei. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2013.

Moscovici, Sergei. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

Mota, Mirella de L.; Bastos, Tarcísio Regis de S. A DESIGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO NA DISCUSSÃO DA RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE: EXPRESSÕES PARA O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. *In*: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. **Anais eletrônicos** [...] Vitória: ABEPSS, 2019. pp. 1 - 19. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22709/15191>. Acesso em: 9 ago. 2023.

Nascimento, Cláudio. **Do Beco dos Sapos aos Canaviais de Catende**: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário. São Paulo: Editora Lutas Anticapital, 2009.

Nitahara, Akemi. Femicídio: oito anos após aprovação da lei, casos aumentam. Desmonte da rede de proteção à mulher facilitou crime. *In*: **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-01/femicidio-oito-anos-apos-aprovacao-da-lei-casos-aumentam>. Acesso em: 26 out. 2023.

Nobre, Miriam. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. *In*: Faria, Nalu e Miriam Nobre (orgs). **A Produção do Viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003a.

Nobre, Miriam. Mulheres e economia solidária. *In*: Catani, Antônio (org). **À outra economia**. Porto Alegre/São Paulo, Veraz/Unitrabalho, 2003b.

Nobre, Miriam. ECONOMIA SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA: ELEMENTOS PARA UMA AGENDA. *In*: Silvestre, Camila P. *et al* (org.). **Reflexões feministas**: mulheres construindo economia solidária. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, 2016.

Nobre, Miriam; Faria, Nalu. FEMINISMO EM MOVIMENTO: TEMAS E PROCESSOS ORGANIZATIVOS DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, pp. 623-632, jul.-dez. 2003.

Oliveira, Maria V. **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, POLÍTICAS PÚBLICAS E RETROCESSOS NO BRASIL (2016-2022)**. Orientadora: Flávia Biroli. 2022, 30 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciência Política, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/33831/1/2022_MariaVitoriaDeOliveira_tcc.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

Orozco, Amaia P. Economía del Género y Economía Feminista: conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Caracas, v. 10, n. 24, pp. 43-64, 2005.

Osorio-Cabrera, María Daniela *et al*. Claves para el debate de los comunes, la economía social y solidaria en diálogo con perspectivas feministas. **Otra Economía**, v. 12, n. 21, pp. 16-31, jan-jun, 2019.

Osorio-Cabrera, María Daniela. Economía Solidaria e interdependencia: aportes desde perspectivas feministas. **Quaderns de Psicologia**, n.1, pp. 153-165, 2014.

Ortega, Gabriela J. de S. A ASCENSÃO DA ULTRADIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO E O DECLÍNIO DA ALTERIDADE PARA OS DIREITOS HUMANOS: O GOVERNO BOLSONARO POR UMA ÓTICA DA FILOSOFIA DIALÓGICA. *In*: VII Congresso Nacional de Educação, 7., 2021, Campina Grande. **Anais eletrônicos** [...] Campina Grande: Realize Editora, 2021. pp. 1 -11. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/80359>>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Passos, Eduardo; Kastrup, Virginia; Escóssia, Liliane da. **PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Meridional, 2009,

Paulon, Graziely B. F. S. **Tecendo a igualdade: reflexões sobre gênero e trabalho na rede de economia solidária em Dourados-MS (2000-2008)**. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

Perez, Olívia C.; Ricoldi, Arlene M. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *In*: X Congresso Latino-Americano De Ciência Política, 10., 2019, Monterrey. **Anais eletrônicos** [...] Monterrey: ALACIP, 2019. pp. 1-22. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-quarta-onda-feminista-interseccional>. Acesso em: 1 out. 2022.

Picchio, Antonella. LA ECONOMÍA POLÍTICA Y LA INVESTIGACIÓN SOBRE LAS CONDICIONES DE VIDA. *In*: Women in Science: Mainstreaming Gender Equality in the European Research Area, 1., 2003, Roma. **Anais eletrônicos** [...] Roma: CORDIS, 2003. pp. 1-8. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228434690_La_economia_politica_y_la_investigacion_de_las_condiciones_de_vida. Acesso em: 3 out. 2022.

PRODERJ, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro. **Dossiê Mulher 2016**. 2016. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/DossieMulher2016ViolenContraMulher.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

Ramm, Laís V. *et al.* POSSIBILITANDO DESVIOS: PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA. *In*: XXIII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de Pelotas, 14., 2014. **Anais eletrônicos** [...] Pelotas: UFPEL, 2014. Disponível em: https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2014/CH_01290.pdf. Acesso em: 08 nov. 2023.

RESF, Rede de Economia Solidária e Feminista. **Caderno Organizativo e Plano Nacional de Desenvolvimento**: RESF 2019-20. Disponível em: <http://portal.resf.com.br/quem-somos/>. 2019a. Acesso em: 18 out. 2022.

RESF, Rede de Economia Solidária e Feminista. **Cartografia da RESF**. Disponível em: <http://portal.resf.com.br/onde-estamos/>. 2019b. Acesso em: 15 out. 2022.

RESF, Rede de Economia Solidária e Feminista. **Conferências Temáticas Livres**: Economia Solidária e Feminista. 2014. Disponível em:

<http://portal.resf.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Informativo-N%C2%BA03-Confere%C3%A7%C3%A3o-Tema%81tica2.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

RESF, Rede de Economia Solidária e Feminista. **Plenária Temática de Economia Solidária e Feminista em preparação à VI Plenária Nacional de Economia Solidária**. Facebook, 26 de abril de 2022. Disponível em: <<https://fb.watch/ddkjmo5wn-/>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

Rocha, Maria E. G. T. Os direitos da mulher nos 30 anos da Constituição Federal Brasileira. **Justiça&Cidadania**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 218, pp. 24-27, 11 out. 2018.

Rodrigues, Luciene. O QUE É O ECONÔMICO? A PERSPECTIVA PLURAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA. **Economia e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, pp. 9-27, 2021.

Rodrigues, Tanara. **Grupo Focal - Participante 4**. [out. 2023]. Entrevistadora: Gabriela de Lima Ribeiro. Pelotas, 2023. 1 arquivo mp3 (127 min.). Não publicado.

Saffioti, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Saffioti, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Vozes, 1976.

Santiago, Ariadne de O. ECONOMIA SOLIDÁRIA: a institucionalização de um outro mundo possível. *In*: 39. Encontro Anual da ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Anais Eletrônicos** [...] Caxambu: ANPOCS, 2015. pp. 2 - 31. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt14>. Acesso em: 05 out. 2022.

Santos, Aline M. dos. Os dilemas da organização popular no movimento da economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 8, n. 15, pp. 196-209, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e973/e1db2849216298c4a710a546e3980692015e.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

Santos, Boaventura de S.; Cunha, Teresa. Outras economias. *In*: Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul, 1., 2015, Coimbra. **Proceedings** [...] Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1., 2015, p. 4.

Santos, Carine de J. **Entrelaçando redes e tramas**: a importância das práticas educativas na participação social e política das mulheres. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24849>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Santos, Renata A.; Almeida, Camila C.; Araújo, Maria G. A. MULHERES CAMPONESAS EM REDE: uma experiência sobre produção solidária e soberania alimentar com foco em gênero. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, pp. 1-12, jul. 2021. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6622/4889>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Schneider, Élen C. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 23, out-dez, 2010.

Serafim, Antonio P. *et al.* Exploratory study on the psychological impact of COVID-19 on the general Brazilian population. **PloS one**, San Francisco, v. 2, n. 16, fev. 2021.

Silva, Hanna de S. T. Freitas, Emmanuel O. COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERSPECTIVA DE GÊNERO: LUTAS FEMINISTAS SOBRE TRABALHO ASSOCIADO NO MEIO RURAL DE FEIRA DE SANTANA. *In*: XXV Seminário de Iniciação Científica, 25, 2021, Feira de Santana. **Anais [...]** Feira de Santana: UEFS, 2021. pp. 1-4.

Silva, Maria de L. **Grupo Focal - Participante 5**. [out. 2023]. Entrevistadora: Gabriela de Lima Ribeiro. Pelotas, 2023. 1 arquivo mp3 (127 min.). Não publicado.

Singer, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org.). **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. pp. 11-28.

Singer, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

Soares, Maria de Nazaré. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista**. 2019. 374 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42325>. Acesso em: 4 abr. 2023.

Souza, Marcela T. *et al.* Revisão integrativa: o que é e como fazer. **einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, jun. 2009.

Spink, Mary J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2004.

Stein, Rosa Helena. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**. n. 6, pp. 133-168. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853. Acesso em: 6 set. 2023.

Teixeira, Marilane O. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 135–166, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11706>. Acesso em: 6 set. 2023.

Teixeira, Rosa M. **Grupo Focal - Participante 1**. [out. 2023]. Entrevistadora: Gabriela de Lima Ribeiro. Pelotas, 2023. 1 arquivo mp3 (127 min.). Não publicado.

Tiriba, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva**, Florianópolis, v.1, n. 26, pp. 69-94.

Tokarski, Carolina P. *et al.* **DE POLÍTICA PÚBLICA À IDEOLOGIA DE GÊNERO: O PROCESSO DE (DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE 2003 A 2020.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

Tokarski, Carolina P. *et al.* **O fim das políticas para as mulheres?.** Diálogos Públicos - UOL. 09 de agosto de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/dialogos-publicos/2022/08/09/o-fim-das-politicas-para-as-mulheres.htm>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Toledo, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Sundermann, 2005.

Torres, Maria P. **Grupo Focal - Participante 3.** [out. 2023]. Entrevistadora: Gabriela de Lima Ribeiro. Pelotas, 2023. 1 arquivo mp3 (127 min.). Não publicado.

Trujillo, Diego H. da S. *et al.* . Subjetividade e espaço: análises com Michel Foucault. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei , v. 16, n. 1, pp. 1-16, mar. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 9 set. 2023.

Tygel, Daniel. O que é Economia Solidária. *In: CIRANDAS*. Brasília, 04 mar. 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 9 set. 2023.

Tygel, Daniel. O que é o FBES. *In: CIRANDAS*. Brasília, 5 mar. 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>. Acesso em: 26 out. 2023.

Vasconcellos, Bruna M. Lecturas feministas de la Tecnología Social. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 15, n. 28, p. 58-75, 4 dez. 2022.

Wollstonecraft, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Item 1 - Dados

1. Nome
2. Região
3. Idade
4. Raça
5. Filhos
6. Formação

Item 2 - Sobre a inserção na EcoSolFem

1. Participa do empreendimento há quanto tempo?
2. Quando passou a se identificar com os valores da EcoSolFem?
3. Possui histórico de luta política antes ou enquanto se organiza na EcoSolFem?

Item 3 - Sobre o empreendimento, categoria trabalho

1. Como é o cotidiano no empreendimento?
2. Trabalha com quantas pessoas?
3. O que produz/comercializa?
4. Como produz/comercializa?

Item 4 - Sobre a dupla/tripla jornada de trabalho, categoria cuidados

1. Acumulam outros trabalhos?
2. Dividem o trabalho doméstico em casa?
3. São responsáveis pelo sustento da família?

Item 5 - Sobre aprendizados propiciados pela autogestão, categoria educação popular

1. Como se dá o diálogo entre @s participantes do empreendimento?
2. De que maneira buscam superar os desafios impostos?
3. Quais são os aprendizados da EcoSolFem?

Item 6 - Sobre as representações sociais produzidas

1. Se veem como sujeit@s polític@s dentro da EcoSolFem?
2. De que maneira sentem que essa inserção influencia no modo como percebem e se relacionam com o mundo?
3. Em que medida consideram que a EcoSolFem auxilia na emancipação das mulheres?